

Acção Socialista



N.º 1320 23 Janeiro 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

SUPLEMENTO ESPECIAL



XVI'09
CONGRESSO
NACIONAL  

27, 28 Fev. e 1 Mar Nave Polivalente de Espinho

Moções Globais

Moção Política de Orientação Nacional

PS: A Força da Mudança

Primeiro subscritor: José Sócrates

I

A actualidade do socialismo democrático

1. A derrota da lógica de pensamento único

O tempo que vivemos demonstra a actualidade e a necessidade do socialismo democrático.

O mundo acaba de assistir à clamorosa derrota do pensamento político neoliberal. **A ideologia do mercado entregue a si próprio, sem Estado nem regulação capaz, e a especulação desenfreada nos mercados financeiros são os responsáveis principais pela profunda crise que se abateu sobre toda a economia mundial.**

A doutrina neoliberal, que professou a sua fé no mercado e desprezou o Estado e as suas funções sociais, não foi o único pensamento político a reclamar para si o estatuto de pensamento único. Anos antes, tinha também tombado o pensamento comunista, e o seu projecto de uma sociedade totalitariamente determinada pelo Estado. Também ele ambicionara ser um pensamento único, com pretensa fundamentação científica, querendo substituir o pluralismo das ideias pelo império da ortodoxia.

Os factos encarregaram-se de demonstrar quão errados estavam tais pensamentos. Uma após outra, as ditaduras inspiradas pelo comunismo foram derrubadas pelos povos em busca de liberdade e democracia. Os conservadores quiseram ver aí o seu próprio triunfo e proclamaram o “fim da História”. Nova ilusão: a ideia de que bastava a liberalização dos mercados, sem intervenção relevante dos mecanismos de regulação; a rendição a mercados financeiros extremamente especulativos e cada vez mais distanciados da economia real; o ataque sistemático ao Estado social; a miragem do lucro fácil e o escandaloso aumento dos rendimentos auferidos por gestores e empresários especulativos; o desprezo pelas classes médias e populares – tudo isso contribuiu para uma crise mundial sem precedentes. A crise que hoje vivemos.

Esta crise mundial põe em causa os alicerces dos sistemas financeiros e o crescimento da produção e do emprego, gera novos factores de desigualdade e ameaça o padrão de coesão social em que assentam as democracias.

Esta crise não pode ser resolvida recorrendo aos princípios, às práticas e às políticas que a provocaram. Nada deve ficar como dantes. À desregulação dos mercados, à vertigem especulativa, à ganância dos lucros de curto prazo, à desarticulação entre os fluxos financeiros e as necessidades económicas, à vulnerabilidade dos mercados e instituições face à especulação e ao jogo, é preciso responder com soluções fortes. **É preciso responder com mais regulação e com a firme defesa do interesse público.**

A intervenção pública deve fazer-se sempre que esteja em causa a defesa dos depósitos, seguros e pensões, e a garantia do crédito a empresas e famílias, e deve fazer-se com condições rigorosas de responsabilização de gestores e accionistas, correcção das decisões que levaram à crise e salvaguarda do interesse público e do conjunto dos contribuintes. A regulação pública deve ser reforçada e, em particular, devem ser promovidas, quer ao nível europeu, quer ao nível internacional, formas de regulação que possam contribuir para regular a globalização. E a Europa deve tomar as iniciativas necessárias à eliminação, à escala global, das zonas de privilégio e excepção que na prática funcionam, como os *off-shores*, como indutores de opacidade, especulação e evasão fiscal.

2. A responsabilidade da esquerda democrática

A alternativa está, pois, na esquerda democrática. Nas últimas décadas, **nunca como agora o socialismo democrático emergiu com tanta clareza como a verdadeira força da mudança.**

Há muito que os partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas têm alertado para as consequências económica e socialmente negativas de uma globalização com fracos mecanismos de regulação e para a ausência de uma reforma das instituições económicas internacionais, que haviam sido criadas num contexto radicalmente diferente. Conscientes de que a concretização desta orientação não depende apenas das políticas públicas nacionais, mas sim de uma vontade global. Como afirmava António Guterres, no Congresso da Internacional Socialista, em 1996, “uma globalização não regulamentada significa necessariamente a globalização da pobreza e da exclusão social, bem como o nivelamento dos direitos sociais pelos níveis mais baixos”. Mais, “a globalização da economia mundial enfraqueceu a capacidade dos governos eleitos de fazer isoladamente frente a manipulações monetárias especulativas, à evasão fiscal e ao branqueamento de capitais. Precisamos de melhores mecanismos de coordenação internacionais”.

Não estamos, hoje, perante mais uma correcção cíclica das economias mundiais. Esta crise resulta de opções políticas que afastaram deliberadamente a regulação pública de zonas imensas dos mercados financeiros, de modo a que o sistema financeiro global assentasse numa lógica de auto-regulação, com níveis intoleráveis de opacidade. E tais opções tiveram como consequência aumentar a volatilidade e acentuar o desfasamento entre a economia financeira e a economia produtiva.

A realidade não veio apenas dar razão a quem sempre sublinhou a necessidade de enquadrar política e institucionalmente a globalização, como também criou uma nova responsabilidade histórica para o socialismo democrático. **Uma prioridade imediata: combater a crise económica, proteger o emprego, apoiar as famílias. Uma tarefa: reforçar a regulação dos mercados financeiros. Uma atitude: responsabilidade.**

Isto implica **reafirmar a síntese que caracteriza o socialismo democrático: o compromisso irrenunciável com a liberdade política e a defesa de uma relação equilibrada entre mercado – como instrumento privilegiado para a coordenação dos factores produtivos – e Estado – como instituição estratégica para a garantia do interesse comum.**

3. O PS, partido da esquerda moderna, responsável e progressista

O Partido Socialista representa em Portugal a expressão política e o programa da esquerda democrática cuja actualidade e necessidade a crise que, hoje, o mundo vive veio afirmar com toda a premência.

O PS dirige-se a todos os portugueses, mobilizando-os para a modernização e a mudança e progresso social. Os socialistas acreditam na força transformadora da acção social e política. Não se acantonam numa atitude meramente crítica, ou de protesto. Agem politicamente, para modernizar o país e promover a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Por isso, **o PS afirma-se como a esquerda moderna, responsável e progressista.**

Moderna, isto é, reformista, comprometida com a ciência, a tecnologia, a inovação, a modernização social. Progressista, isto é, contrária

aos conservadorismos de vários quadrantes, que recusam as mudanças e seguem atrás de todas as resistências, preferindo o imobilismo à evolução. Responsável, porque vinculada apenas ao interesse público e capaz de colocá-lo acima de qualquer interesse particular, e ainda porque empenhada na defesa do Estado social, da estabilidade política, do rigor orçamental, da eficácia e justiça das políticas económicas e sociais.

O PS afirma-se como a esquerda que quer governar. Para transformar, para continuar e aprofundar a mudança estrutural, em todas as áreas relevantes, é preciso querer e saber assumir as responsabilidades e os riscos de governar. As condições de governabilidade são essenciais para prosseguir as reformas, responder à crise e continuar a modernização. O PS não ilude essa questão. Pelo contrário, tem consciência de que é **a única força progressista com vontade e capacidade para exercer responsabilidades de governar Portugal**, uma democracia pluralista integrada na União Europeia e respeitadora do sistema de alianças em que historicamente se insere.

Ora, o PS quer continuar a exercer a responsabilidade de Governo para concretizar as políticas públicas inspiradas nos seus valores essenciais.

O PS é o partido do Estado social, melhorando os serviços públicos e assegurando a sua eficiência e sustentabilidade, privilegiando a educação, a saúde e a segurança social, apoiando as famílias, protegendo os grupos mais vulneráveis, combatendo a pobreza e reduzindo as desigualdades e abrindo mais oportunidades para todos.

O PS é partidário da economia de mercado e defensor do papel estratégico do Estado democrático, com capacidade reguladora, mas adversário do proteccionismo e do colectivismo.

O PS é o partido da Europa. Sem qualquer hesitação, ambiguidade ou reserva, somos o partido da construção europeia e do reforço da arquitectura institucional da União, no quadro estabelecido pelo Tratado de Lisboa. E ser pela Europa significa também usar de inteligência na revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento e saber combinar harmoniosamente a defesa da estabilidade monetária e do equilíbrio orçamental com a promoção do crescimento da economia e do emprego e a promoção do bem-estar social.

Estas escolhas exigem responsabilidade na acção, sentido de Estado, rigor e disciplina orçamental, respeito pela iniciativa privada e reforço da regulação e supervisão, estabilidade política, concertação social. **Exigem vontade e determinação reformista, rumo claro, defesa intransigente do interesse público.**

Foi com este compromisso que o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado e ganhou com maioria absoluta as eleições legislativas. Foi esta a acção do seu Governo e da sua Maioria parlamentar.

II

A acção do PS

1. Honrar a confiança dos portugueses

O Governo do PS teve de enfrentar nesta legislatura um tempo de muito sérias dificuldades. Primeiro, teve de resolver a grave situação deixada pelos Governos da direita e lançar um exigente e ambicioso programa de reformas e de modernização, para recuperar o atraso estrutural do País. Depois, em pleno processo de recuperação económica e do emprego, foi

confrontado com os efeitos incontornáveis da mais grave crise financeira e económica internacional desde a Grande Depressão que se seguiu à crise de 1929.

Ao longo destes quatro anos, o PS teve sempre uma preocupação principal: honrar a confiança dos portugueses. Por isso, o PS, fiel à sua tradição e aos seus princípios, soube encontrar o caminho para enfrentar as dificuldades e prosseguiu, com coragem e determinação, uma governação responsável, reformista e solidária.

2. Uma Governação responsável

Em 2005, depois do fracasso da governação da direita (PSD/PP), a situação do País era extremamente grave: défice elevadíssimo, sem paralelo na Europa; ruptura iminente na segurança social; crise prolongada de confiança; economia em risco de uma segunda recessão em três anos; crescimento galopante do desemprego; adiamento das reformas; desinvestimento nas políticas sociais e, para além de tudo, uma falta de sentido de Estado e da dignidade das instituições tão intolerável que obrigou à demissão antecipada do Governo PSD/PP, de Santana Lopes e Paulo Portas.

Como noutros momentos particularmente difíceis da nossa história democrática, os portugueses decidiram depositar a sua confiança no PS. Deram-lhe mesmo a primeira maioria absoluta da sua história.

O Governo do PS teve pela frente, desde logo, duas verdadeiras situações de emergência: o défice excessivo, bastante mais elevado do que antes se supunha; e o grave desequilíbrio financeiro na segurança social, que ameaçava seriamente o pagamento futuro das reformas e das pensões.

Prosseguindo com firmeza uma estratégia de rigor, o Governo do PS fez aquilo que precisava de ser feito. A esquerda moderna que o PS representa acredita no modelo social europeu e no papel indispensável do Estado Social – mas também sabe que um Estado ineficiente e financeiramente estrangulado não pode cumprir a sua missão, responder aos desafios do presente e garantir o futuro das políticas sociais.

Em apenas dois anos (menos um do que o previsto), o PS conseguiu vencer a crise orçamental que a direita tinha deixado, trazendo o défice dos projectados 6,83% de 2005 para os 2,6% do PIB no final de 2007 e os 2,2% previstos para o final de 2008 – o défice mais baixo em toda a história da democracia portuguesa.

Paralelamente, o PS concretizou uma profunda reforma da segurança social, que salvou a segurança social pública da grave situação de “alto risco” em que se encontrava, dando-lhe mais equidade e mais sustentabilidade, num quadro demográfico reconhecidamente mais exigente.

Assim, o Governo do PS resolveu, com determinação e coragem, as duas graves situações de emergência que herdou: venceu a crise orçamental e venceu a crise da segurança social.

Mas é preciso dizer que estes resultados não se devem apenas ao sentido das responsabilidades do Governo e ao esforço do País – estes resultados aconteceram também porque os portugueses, na hora certa, confiaram no PS e decidiram dar-lhe uma maioria absoluta.

3. Uma governação reformista

A maioria absoluta do PS valeu a pena. Foi ela que assegurou ao Governo as condições políticas de estabilidade e de governabilidade necessárias para realizar reformas e lançar

um importante movimento de modernização do País, superando resistências e fazendo prevalecer o interesse geral.

A **determinação reformista** tornou-se uma marca da Maioria e do Governo do PS. Os exemplos são muitos: fizemos a **reforma da segurança social** e a **reforma da administração pública**; criámos o **Programa Simplex**, simplificando procedimentos para os cidadãos e para as empresas; cumprimos a **reforma da Justiça** e o Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais; fizemos a **reforma das forças de segurança e do sistema de segurança interna**; lançámos o **Plano Tecnológico**; alcançámos o nível europeu de investimento em **Ciência**; fizemos a **reforma do ensino superior** e adaptámos-lo ao Processo de Bolonha; colocámos Portugal na dianteira das **energias renováveis**; reformámos a **legislação laboral**; demos vida à ASAE para defender os consumidores; lançámos a **reforma dos cuidados de saúde primários**, da **rede de assistência materno-infantil**, da **rede de urgências**, tal como criámos uma nova **rede de cuidados continuados para idosos** e aprovámos a nova **Lei do Tabaco**. Ganhámos, ainda, o referendo para a **despenalização da interrupção voluntária da gravidez**, promovemos o acesso à **procriação medicamente assistida**, legislámos para acabar com o **divórcio litigioso** e, em nome da igualdade, aprovámos a nova **Lei da Paridade**.

Mas foi na **educação** que enfrentámos o mais sério obstáculo à competitividade do País e à igualdade de oportunidades entre os portugueses: as elevadas taxas de abandono e de insucesso escolar. Fizemos uma reforma profunda do primeiro ciclo do ensino básico, aumentámos 15 vezes o número de alunos nos cursos profissionais públicos, triplicámos o acesso à acção social escolar e criámos o passe escolar, lançámos o Plano Tecnológico da Educação e os programas e.escolas e e.escolinhas, instalámos quadros interactivos, reordenámos o parque escolar e lançámos a sua requalificação, instituímos as aulas de substituição, colocámos os professores por três anos, revimos o estatuto do aluno e o estatuto da carreira docente, introduzimos a avaliação dos professores para distinguir e premiar o bom desempenho, reformámos a gestão e reforçámos a autonomia das escolas.

Esta aposta nas qualificações chegou também aos jovens e adultos que se encontram já no mercado de trabalho. Foi para eles que lançámos o **Programa Novas Oportunidades** e a resposta não podia ter sido mais impressionante: mais de 630 mil pessoas já se inscreveram para melhorarem as suas qualificações, ao nível do ensino básico ou do secundário. E, também aqui, combatemos a info-exclusão e proporcionámos o acesso a computadores, com ligação à Internet em banda larga.

Os portugueses não deram ao PS uma maioria absoluta para que tudo ficasse na mesma mas para que uma governação responsável e reformista pudesse, finalmente, começar a vencer os bloqueios estruturais do País. E foi isso que fizemos. Foi para isso que serviu a primeira maioria absoluta do PS.

4. Uma governação solidária

A governação do PS foi também uma governação solidária, à altura da melhor tradição de sensibilidade social do Partido Socialista.

As medidas sociais do Governo do PS foram dirigidas, de modo especial, aqueles que mais precisam de apoio. Criámos, por isso, o Complemento Solidário para Idosos, garantimos o poder de compra das pensões mais baixas, aumentámos o abono de família, introduzimos o abono pré-natal para as grávidas, aumentámos as deduções fiscais em função do número de filhos, lançámos o Programa PARES para investir mais em creches e em lares, adoptámos medidas para a conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar, alargámos a acção social escolar, instituímos os empréstimos para estudantes do ensino superior, lançámos uma nova geração do Programa Escolhas,

combatemos a exclusão com uma nova lei da nacionalidade e promovemos um aumento substancial do salário mínimo.

A agenda social do PS estruturou, assim, uma nova geração de políticas sociais e conquistou para os portugueses novos direitos sociais. E foi para esta área que prioritariamente dirigimos todas as folgas orçamentais que fomos obtendo ao longo do processo de consolidação das contas públicas.

Esta acção permitiu promover a igualdade de oportunidades em Portugal. Mas fez mais: reduziu a taxa de risco de pobreza e reduziu as desigualdades.

Os últimos dados oficiais do INE referentes à taxa de risco de pobreza reportam-se a 2007 e são referentes aos rendimentos de 2006 – não integrando ainda, portanto, o efeito pleno de muitas medidas sociais adoptadas pelo Governo do PS. Todavia, esses dados apontam já para uma redução nos últimos anos da taxa de risco de pobreza em Portugal, que caiu de 19% em 2005 (rendimentos de 2004) para 18% em 2007, aproximando-se assim da média europeia de 16%. Por seu turno, as desigualdades, embora permaneçam ainda elevadas, também foram reduzidas. O rendimento dos 10% mais ricos, comparado com o dos 10% mais pobres, era 12,2 vezes superior em 2005 (rendimentos de 2004) e essa diferença caiu para 10,8 em 2007. Com as medidas adoptadas, esta redução ter-se-á certamente acentuado ainda mais nos anos seguintes da legislatura.

5. A recuperação económica interrompida pela crise internacional

Apesar da política de rigor que foi necessário realizar para reduzir o défice e pôr ordem nas contas públicas, o Governo concentrou-se desde o início na tarefa de promover o crescimento económico e a criação de emprego.

A economia, que o PS recebeu, no início de 2005, a crescer apenas 0,3% e a declinar, inverteu essa trajectória e recuperou de forma contínua e progressiva, crescendo 0,9% em 2005, 1,4% em 2006 e 1,9% em 2007. Um crescimento económico inevitavelmente moderado, dado o necessário processo de consolidação orçamental, mas saudável, puxado inicialmente pelas exportações – exportações, aliás, de maior valor acrescentado, pela primeira vez com saldo positivo na balança tecnológica - e depois também pelo investimento.

Por seu turno, **a taxa de desemprego, que começou ainda por crescer, embora a um ritmo mais lento – dado o normal desfasamento entre a recuperação do crescimento económico e a evolução do emprego -, começou finalmente a descer desde meados de 2007 até ao final do primeiro semestre de 2008**, em que caiu para os 7,3%. Nessa altura, os dados do INE assinalavam também que a economia tinha criado, desde a entrada em funções do Governo do PS, nada menos de 133 mil novos empregos, em termos líquidos.

Este incontestável processo de recuperação da economia portuguesa foi interrompido, a partir do início de 2008, por consequência dos efeitos da crise internacional.

Numa primeira fase, assistiu-se a um marcadamente abrandamento da economia, em resultado do impacto da crise do “subprime” nos mercados financeiros, a que se juntaria, pouco depois, o disparar dos preços das matérias-primas, dos bens alimentares e, em especial, do preço do petróleo. A crise agravou-se e generalizou-se já na segunda metade do ano, com a súbita falência de grandes instituições financeiras norte-americanas e europeias e a necessidade de intervenções de emergência dos Estados para salvar o sistema financeiro e proteger as suas economias de efeitos mais devastadores.

A crise financeira tornou-se uma crise económica e a recessão instalou-se, progressivamente, por toda a parte. A Islândia, um dos Países mais desenvolvidos do Mundo, entrou em bancarrota. As grandes economias do Mundo – Estados Unidos, Rússia, Japão – entraram

no vermelho. A própria Zona Euro entrou em recessão ainda no terceiro trimestre do ano. Na Europa, a recessão chegou primeiro à Irlanda, à Dinamarca, à Estónia e à Letónia, seguindo-se-lhes a Itália, a Suécia e a própria Alemanha. Esta situação acabou, inevitavelmente, por atingir também a economia portuguesa. Portugal, tal como o Reino Unido, a Hungria e a nossa vizinha Espanha, teve o seu primeiro crescimento negativo no terceiro trimestre de 2008, o que permite antecipar, com os dados agora disponíveis, um quadro recessivo para a evolução da economia portuguesa.

É evidente que **a situação causada pela crise internacional muda tudo. Só a demagogia pode pretender atribuir às políticas do Governo a responsabilidade por uma recessão que vem de fora e que é, como todos os portugueses sabem, global. E só a falta de seriedade política pode pretender que se cumpram, neste novo contexto, os objectivos económicos traçados no início da legislatura.**

Todas as instituições têm vindo a rever sucessivamente as suas previsões, ajustando-as à verdadeira dimensão de uma crise cujas proporções ninguém conseguiu estimar com exactidão. Tal como todos os Governos têm vindo a rever os seus cenários e, sobretudo, as suas medidas de política porque, **neste momento, o dever de quem governa é este: responder bem à crise internacional e fazer o que for possível para, com sentido das responsabilidades, recuperar a economia, apoiar as empresas, defender o emprego e proteger as famílias. É isso o que o Governo do PS tem feito. É essa, hoje, a agenda prioritária da Maioria e do Governo do PS.**

6. A estratégia de resposta à crise internacional

Para além das mudanças estruturais que a presente crise sem dúvida alguma reclama, em particular ao nível do reforço da regulação dos sistemas financeiros e da globalização, impõe-se no imediato uma intervenção forte dos Estados para contrariar os efeitos da crise, recuperar a confiança, impulsionar o crescimento económico e, sobretudo, defender o emprego.

O Governo do PS agiu com celeridade e determinação, mobilizando as disponibilidades orçamentais conquistadas com o processo de consolidação orçamental e assumindo **quatro prioridades na resposta à crise.**

Em primeiro lugar, **estabilizar o sistema financeiro e promover o acesso ao crédito por parte das empresas e das famílias** - O que esteve em causa foi garantir a confiança no nosso sistema financeiro, para salvaguardar a economia portuguesa. Não se tratou, portanto, de salvar banqueiros da falência, como demagógica e irresponsavelmente pretenderam os comunistas e a extrema-esquerda. Tratou-se, isso sim, de salvar os portugueses e os depositantes da falência dos seus bancos. Por isso, o Governo declarou a **garantia pública de todos os depósitos** e foi o primeiro a anunciar um **sistema de garantias públicas para o crédito interbancário**, no valor de 20 mil milhões de Euros, medida que seria depois adoptada, de modo coordenado, no plano europeu, contribuindo decisivamente para desencadear, finalmente, o processo de descida da Taxa Euribor. Paralelamente, o Governo disponibilizou 4 mil milhões de Euros para poder assegurar, se tal for necessário, a aquisição pelo Estado de acções preferenciais no âmbito de operações de **recapitalização do sistema bancário português.**

E foi neste quadro estratégico que o Governo não hesitou em tomar uma medida drástica, prevenindo graves riscos sistémicos: nacionalizou, pela primeira vez em trinta anos, um banco privado, o BPN, para além de ter apoiado a operação financeira que se destinou a garantir os depósitos, e só os depósitos, do BPP.

Em segundo lugar, **apoiar as empresas e o emprego** - Consciente de que a crise financeira foi para as empresas, antes de mais, uma crise de crédito, o Governo disponibilizou novas e

sucessivas linhas de crédito, especialmente dirigidas às pequenas e médias empresas, bem como seguros de crédito à exportação. Por outro lado, foram tomadas medidas para antecipar o acesso aos fundos comunitários do QREN e processar o pagamento das dívidas do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias. Importantes medidas foram tomadas também na área fiscal: depois de termos reduzido em 1% a taxa do IVA e de termos vindo a reduzir o prazo de reembolso do IVA, permitimos a autoliquidação do IVA nos serviços prestados ao Estado de valor superior a 5 mil Euros, baixámos para metade o IRC pago pelas PME, aumentámos o crédito fiscal ao investimento, reduzimos o pagamento por conta e o pagamento especial por conta e baixámos a Taxa Social Única para as empresas que tenham trabalhadores contratados sem termo e para as micro e pequenas empresas que garantam a manutenção dos postos de trabalho dos trabalhadores com mais de 45 anos. O Governo interveio, também, para, nesta conjuntura difícil, ajudar a salvar empregos em sectores estratégicos e em empresas economicamente sólidas e com perspectivas de sustentabilidade. Foi assim no sector automóvel, na Quimonda, nas Minas de Aljustrel e em diversas outras situações. Criámos, ainda, um plano excepcional de apoio à manutenção de 20 mil empregos e à formação profissional em situações de redução extraordinária da actividade das empresas, decidimos aumentar em 12 mil o número de estágios profissionais para jovens e apoiar com 2 mil euros cada contratação sem termo de 20 mil jovens desempregados ou que estejam à procura do 1º emprego. Decidimos, igualmente, entre outras medidas, apoiar a integração de 30 mil desempregados em instituições sociais não lucrativas. O emprego esteve sempre no centro da nossa resposta à crise internacional.

Em terceiro lugar, **reforçar o investimento público** - Num contexto de recessão global desfavorável às exportações e de falta de confiança para o investimento das empresas e para o consumo das famílias (não obstante a baixa dos preços e os estímulos fiscais), o relançamento da economia e a promoção do emprego depende, fundamentalmente, do reforço e da aceleração do investimento público. Foi essa a lição da resposta keynesiana à Grande Depressão, é essa a estratégia recomendada pelos mais reputados economistas, como o Prémio Nobel Paul Krugman, e é esse o caminho que tem sido seguido na Europa e em todos os países desenvolvidos. Contra aqueles que, à direita, por puro preconceito ideológico, propõem um corte brutal no investimento público e preferem a atitude resignada de nada fazer, o PS dá uma resposta clara: o investimento público é necessário e é urgente. Um investimento, naturalmente, selectivo, dirigido a áreas relevantes de desenvolvimento estratégico. E por isso o Governo definiu um conjunto de áreas prioritárias: a modernização das escolas, os equipamentos de saúde, a energia, a infra-estrutura tecnológica e certos domínios da actividade económica, como o sector exportador e a agricultura. Estes investimentos adicionais juntam-se, assim, aqueles que já estavam previstos, incluindo os que têm outro horizonte e outro calendário, como é o caso da modernização das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias. De facto, a evolução da crise exige que se privilegiem os projectos que possam ter rápida concretização, já em 2009 e 2010. A rapidez da resposta faz parte da solução.

Em quarto lugar, **apoiar as famílias e reforçar a protecção social** - Neste momento de dificuldades, impõe-se uma atenção especial a quem mais precisa. Foi essa uma das principais linhas de resposta do Governo a esta crise. Para além das medidas sociais em curso, em especial de combate à pobreza entre os idosos e de apoio à família, e não obstante as críticas do PSD, mantivemos o aumento do salário mínimo para os 450 euros, aumentámos em 2,9% os salários da função pública, alargámos a duração do subsídio social de desemprego, instituímos o 13º

mês do abono de família, aumentámos substancialmente as deduções fiscais em IRS dos juros da habitação, prorrogámos o prazo de isenção e reduzimos as taxas do IMI, e reforçámos em 100 milhões de Euros o financiamento do Estado ao apoio social prestado pelas IPSS.

III Orientações programáticas

Perante um quadro de acentuadas dificuldades, fruto da crise financeira e internacional que o Mundo atravessa, os portugueses, mais uma vez, voltam-se para o PS porque sabem que só o PS tem a credibilidade, a capacidade e a coragem para definir o caminho certo, prosseguir o rumo e vencer esta situação.

Neste quadro muito exigente, **a proposta política do PS deve assentar em torno de 4 eixos fundamentais: Responsabilidade, Modernização, Igualdade e Democracia.**

1. Responsabilidade

Nesta conjuntura difícil de crise, **os portugueses devem encontrar no PS um referencial de estabilidade e uma garantia de responsabilidade na governação.**

Para o PS, a tarefa primeira tem de ser vencer a crise, recuperar a economia e promover o emprego, sem comprometer o futuro e sem deitar a perder o muito que foi conseguido na consolidação orçamental, com rigor na governação e com o esforço de todos.

Este não pode ser o tempo das aventuras. Não pode ser o tempo nem das demagogias irresponsáveis e perigosas da esquerda comunista e da extrema-esquerda, nem do populismo e das receitas falhadas do passado que a direita tem para oferecer. Pelo contrário, este tem de ser, mais do que nunca, um tempo de responsabilidade na governação do País.

E responsabilidade significa, também, **lutar pela confiança.** O pessimismo militante é uma política de terra queimada. Pode animar a agenda inconsequente e oportunista dos partidos de protesto, pode até ser usado para preencher o vazio de propostas de quem se pretende alternativa, mas não acrescenta rigorosamente nada para o futuro dos portugueses.

Responsabilidade significa, igualmente, **procurar que não fique ninguém para trás: apoiar as empresas, salvaguardar o emprego, proteger as famílias e reforçar a protecção social de quem mais precisa – eis a nossa atitude.**

Não deixaremos que nenhum preconceito ideológico impeça a adopção das medidas correctas para enfrentar a crise: estaremos tão atentos à salvaguarda do sistema financeiro, como à responsabilização dos seus accionistas e gestores; faremos o que pudermos para que as empresas e os empregos com futuro possam sobreviver a este período de dificuldades; usaremos os instrumentos fiscais com bom senso e sem destituir o Estado da sua capacidade para fazer o que deve e assegurar a protecção social; e, sobretudo, faremos agora o investimento público de que a economia carece e de que o País precisa.

Cada euro utilizado no investimento público é um euro que é útil para impulsionar a economia e proteger o emprego. As medidas fiscais têm o seu lugar, numa estratégia correcta de combate à crise; mas devem ser usadas com critério e inteligência, para apoiar o investimento das empresas, defender os postos de trabalho e ajudar as famílias nas suas despesas essenciais. Num contexto de crise e de falta de confiança, nem sempre a baixa dos impostos tem reflexo no investimento das empresas, na salvaguarda dos empregos ou no consumo das famílias. Mas uma coisa é certa: retira ao Estado os recursos de que ele precisa para dinamizar o investimento e cumprir as suas funções sociais.

Permaneceremos empenhados na coordenação internacional e europeia das respostas

à crise e mobilizaremos os recursos que o País estiver em condições de dispensar para a ultrapassar, com uma preocupação fundamental: o emprego.

A proposta política do PS para vencer a crise começa aqui: na responsabilidade. Só uma atitude de responsabilidade pode vencer a crise e abrir horizontes de esperança. Só uma atitude de responsabilidade será merecedora da confiança dos portugueses

2. Modernização

Para o PS, o objectivo de superar a crise que vivemos, reforçando os caminhos para uma sociedade aberta e de bem-estar, exige que não se perca de vista os grandes objectivos de modernização da economia e da sociedade portuguesa. As dinâmicas que foram desenvolvidas de forma intensa nos últimos quatro anos devem ser aprofundadas.

Só uma economia onde se reforcem os modernos factores de competitividade estará em condições para acelerar os processos de crescimento que atenuem os efeitos da crise internacional e que aproveitem plenamente as oportunidades da recuperação económica.

Só uma sociedade aberta e um Estado eficaz e eficiente permitirão fazer com que ambos esses processos se traduzam em mais justiça social.

A) Promover a competitividade, reduzir o desequilíbrio externo

A modernização estrutural da economia portuguesa implica o desenvolvimento de dois grandes desígnios nacionais: o reforço da capacidade de consolidação de um novo ciclo de investimento modernizador nos sectores e actividades voltados para a produção de bens e serviços transaccionáveis na nova economia global; e o reforço da afirmação competitiva de uma rede de pequenas e médias empresas, capazes de se articularem positivamente com os sectores mais dinâmicos da actividade exportadora e darem uma resposta de qualidade às exigências da procura doméstica.

A promoção da competitividade da economia portuguesa tem de aprofundar os movimentos de reforço das actividades, sectores e empresas que contribuem decisivamente para a diminuição progressiva e sustentável do nosso défice externo.

Aí se devem destacar **quatro grandes objectivos: a crescente autonomia energética de Portugal; a consolidação e alargamento de resultados positivos na balança tecnológica; a produção de bens agro-alimentares sustentáveis num quadro ambiental e competitivo exigente; e a promoção das exportações.**

A autonomia energética e a redução da factura dos combustíveis fósseis exige a confirmação e o aprofundamento das metas e ambições que o PS e o seu Governo têm vindo a concretizar, seja no acréscimo da produção de energias renováveis, seja nas metas da eficiência energética, seja no enquadramento ambiental destas opções, designadamente no quadro do combate às alterações climáticas.

Portugal tem condições para se afirmar como líder na revolução energética. E isso irá gerar, não apenas a correcção deste que é o principal factor produtor de desequilíbrio externo, mas também a criação de um relevante cluster nesta área, com forte impacto na criação de riqueza, emprego e exportações.

B) Modernizar tecnologicamente a economia

A redução no défice tecnológico é um objectivo igualmente estratégico da modernização da economia portuguesa, com profundo impacto na balança de bens e serviços e com um relevante efeito de arrastamento no conjunto da economia nacional.

É, por isso, fundamental manter e alargar com ambição **o investimento na produção de bens e serviços com média e forte componente tecnológica.** Os desenvolvimentos registados nos sectores do automóvel, na aeronáutica,

na electrónica, mas também nas indústrias química e farmacêutica, constituem sinais do caminho que queremos aprofundar.

Esta prioridade não significa que idêntica atenção não tenha de ser prestada à elevação dos padrões competitivos e tecnológicos de actividades determinantes para o nosso equilíbrio externo, seja na renovação da produção industrial com larga tradição histórica no nosso tecido económico, seja no desenvolvimento de oferta de excelência no sector do turismo.

Igualmente, no sector agro-alimentar, o desenvolvimento de pólos de competitividade externa pode e deve ser compatibilizado com o importante papel social, territorial e ambiental que este sector possui.

C) O Plano Tecnológico: apostar nas políticas públicas de modernização

Apesar de a modernização económica ser fruto, essencialmente, da capacidade de renovação do tecido empresarial, a experiência recente mostra-nos a importância crucial de eficazes políticas públicas de modernização.

O PS destaca quatro domínios fundamentais nessas políticas e que constituem aspectos essenciais do Plano Tecnológico:

Na **política científica e tecnológica,** a reafirmação, nesta fase, da necessidade de internalizar na actividade económica os progressos que se registam na formação avançada e nas infra-estruturas tecnológicas;

O reforço da **eficácia das redes de informação,** fazendo do acesso à banda larga um instrumento de progresso global para a nossa economia e de avanço generalizado da sociedade do conhecimento;

A modernização continuada de um **Estado amigo e promotor da iniciativa empresarial** e do investimento, aprofundando o caminho do Simplex e diminuindo cada vez mais os obstáculos ao desenvolvimento económico decorrentes de burocracias e ineficiências da Administração Pública;

Um **sistema de ensino e formação cada vez mais adequado** a uma sociedade e a uma economia em mudança, qualificando a escola pública, consolidando a prioridade à formação inicial de dupla certificação, generalizando os 12 anos de formação inicial, continuando o esforço de frequência de formação superior e alargando as novas oportunidades de formação para todos.

D) Modernizar as infra-estruturas

Modernizar a economia e a sociedade portuguesa é um objectivo que, para o PS, se apresenta como indissociável do aprofundamento da rede de infra-estruturas. Estas são essenciais para garantir, primeiro, o reforço da proximidade do nosso país ao espaço de integração que constitui hoje a União Europeia; segundo, o reforço da capacidade de explorar completamente as potencialidades da nossa inserção geoeconómica e da fachada atlântica; e, terceiro, a elevação da coesão do território nacional.

É neste plano que **o PS reafirma a sua determinação em desenvolver políticas públicas de promoção do investimento infraestrutural nas principais áreas críticas para o desenvolvimento do país** as redes rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, as infra-estruturas energéticas e ambientais e as redes de informação e comunicação.

O investimento infraestrutural possui um inegável valor na presente conjuntura de abrandamento da procura mundial e de crise internacional. Mas ele deve ser entendido, principalmente como um decisivo contributo para a elevação dos padrões de competitividade da nossa economia e de bem-estar da nossa sociedade.

Investimentos como o novo aeroporto internacional de Lisboa, a ligação à alta velocidade ferroviária europeia, a conclusão do plano rodoviário nas regiões do interior ou o reforço da rede de barragens, são investimentos estra-

tégicos cujo adiamento diminuiria fortemente o nosso crescimento potencial.

3. Igualdade

A) O desafio: mais oportunidades para todos, reduzindo as desigualdades

Um dos principais desafios da política do PS é prosseguir uma agenda de reformas exequíveis que reduza as assimetrias de rendimentos e de oportunidades, bem como a contradição entre a rentabilidade de curto prazo e a sustentabilidade ambiental, económica e social.

Sem a redução dessas assimetrias, a governabilidade das sociedades modernas está permanentemente a ser condicionada – quer na formulação das agendas, quer na decisão política substantiva – pelos dinamismos económicos e sociais cujos interesses se alimentam da desigualdade e da injustiça social.

O nível elevado das desigualdades sociais é a consequência mais séria dos problemas estruturais do nosso país. Mas é, também, um obstáculo muito importante a qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável.

Hoje, o combate bem sucedido às desigualdades é um desafio decisivo que se coloca à esquerda democrática.

Para o PS, uma transformação estrutural da nossa sociedade que reduza substancialmente as desigualdades, a pobreza e a exclusão, exige uma actuação integrada no plano económico mas também no plano do Estado social.

Ao longo dos últimos 15 anos Portugal apresentou uma diminuição da taxa de pobreza que ronda os 5 pontos percentuais. Isto é, meio milhão de pessoas ultrapassou, em termos de rendimentos, os valores do limiar de pobreza. Este resultado, positivo mas insuficiente, foi alcançado sobretudo através duma maior e mais eficaz presença do Estado social, nomeadamente pela melhoria do sistema de pensões.

Ao nível das assimetrias de rendimentos, a última informação estatística, relativa a 2006, mostra uma redução significativa. Mas Portugal ainda apresenta dos indicadores mais elevados de toda a União Europeia. **Importa, pois, colocar no centro das prioridades das políticas públicas uma estratégia consistente e prolongada orientada para a redução das desigualdades, das suas causas e dos seus efeitos.**

Para o PS essa estratégia compreende várias dimensões.

B) Favorecer o crescimento económico

Uma política de recuperação económica sustentada e sustentável, que reduza os factores limitativos do crescimento, nomeadamente o desequilíbrio externo, é uma condição muito importante. A redução das desigualdades é mais complexa e menos eficaz em termos de nível geral de bem-estar se não for acompanhada de uma crescimento económico significativo. Fazer crescer o produto nacional, o emprego e os rendimentos é um facto indispensável da promoção de maior igualdade social.

C) Aprofundar as políticas sociais

O PS compromete-se com a continuação de políticas sociais eficazmente redistributivas, aprofundando as prestações sociais para aqueles que não podem aceder a rendimentos dignos através da actividade económica e para as famílias expostas aos factores de perpetuação da pobreza. A experiência do Complemento Solidário para Idosos mostra como foi possível entre 2006 e o início de 2009 retirar da situação de pobreza monetária perto de 200.000 idosos, ou seja, quase 2% da população portuguesa e cerca de 12% da população idosa.

O alargamento da protecção social, de forma viável e sustentável, para todos os sectores da população que ainda têm dificuldades de acesso a essa protecção, continuará a ser uma prioridade do PS.

Uma particular atenção deverá ser atribuída à elevação dos rendimentos dos cidadãos com incapacidade absoluta para o trabalho.

D) Favorecer o trabalho

O reforço das políticas estruturais de elevação dos rendimentos do trabalho é um elemento central para a redução das assimetrias e a luta contra a sua perpetuação. Aqui, as políticas de mínimos sociais têm de seguir lado a lado com a prossecução das políticas de qualificação e requalificação. Os resultados destas políticas possuem um duplo efeito positivo: na captação e defesa de actividades mais qualificadas; e na capacidade de gerar rendimentos do trabalho mais elevados de forma sustentada.

Por outro lado, intensificaremos o combate à excessiva segmentação no mercado de trabalho, em particular nos índices de precariedade. Esta segmentação é hoje um factor de peso na produção de desigualdades. A sua redução obriga a um forte compromisso na alteração das condições sociais que promovem a insegurança no emprego, particularmente aquelas que estão associadas ao défice de qualificações.

Uma dimensão também presente no esforço de promoção da igualdade deve consistir no aprofundamento das políticas de igualdade de género relativas à conciliação da vida pessoal, profissional e familiar, assim como na redução do diferencial salarial entre mulheres e homens.

E) Generalizar os 12 anos de educação

O abandono escolar precoce é o mais forte indutor da persistência de elevadas assimetrias sociais. Não apenas no curto prazo, mas principalmente em termos de médio e longo prazo. Para os que possuem o ensino secundário, a evolução expectável dos salários, 10 anos após a entrada no mercado de trabalho, é superior em quase 30 pontos percentuais aos dos que ficam apenas pelo ensino básico. Por isso, o PS apostará no reforço das políticas de apoio às famílias, para garantir uma escolarização generalizada ao nível dos 12 anos, assim promovendo um forte incentivo à igualdade de oportunidades.

F) Promover a justiça fiscal

Na reforma das políticas fiscais, há que assegurar maior equilíbrio no esforço de todos os sectores sociais, combatendo a subdeclaração de rendimentos e a excessiva pressão sobre os rendimentos médios.

Uma política fiscal que promova a inclusão social e a igualdade de oportunidades tem de acentuar a progressividade dos impostos sobre o rendimento e a justiça social.

O PS defende a concretização de novas medidas, que permitam desagrarar as famílias de rendimentos médios, apoiando-as nas suas despesas essenciais e estimulando a natalidade.

Assim, o PS defende uma melhor distribuição do esforço fiscal, limitando as deduções de que hoje beneficiam os titulares de rendimentos muito elevados para que possam beneficiar mais aqueles que têm rendimentos médios. O PS compromete-se também com a prossecução do combate à fraude e evasão fiscal, bem como aos planeamentos fiscais que, na prática, constituem práticas de contornar ou diminuir as responsabilidades dos contribuintes que mais têm e mais auferem.

Em particular, promoveremos medidas de moralização em matéria fiscal e contributiva, de que destacamos: maior transparência dos diferentes tipos de remunerações obtidas pelos gestores das sociedades cotadas; tributação efectiva de benefícios remuneratórios que não assumem natureza salarial, mas representam de facto acréscimos de rendimentos ou redução de encargos pessoais; combate à utilização abusiva do tratamento fiscal de despesas empresariais, designadamente com viaturas de luxo e outras despesas sumptuárias.

G) Investir nas redes sociais

Para o PS, uma política consistente de promoção da inclusão social inclui um forte investimento nos serviços sociais de apoio à família e à comunidade.

Estes serviços exigem uma eficaz organização do Estado, nomeadamente assegurando o acesso de todos aos direitos sociais básicos. Nestes, têm particular importância as dimensões do acesso aos serviços primários de saúde através das unidades de saúde familiar e os cuidados continuados integrados de longa duração.

Por outro lado, o apoio público ao sector da economia social desempenha e deve continuar a desempenhar um papel crucial não só para a criação de serviços sociais de interesse geral (família, infância, comunidade) como também como um importante gerador de emprego de proximidade.

H) Valorizar o sindicalismo democrático e a concertação social

O Governo do PS já demonstrou, na prática, a importância que concede ao diálogo e à concertação social. Reformas tão importantes como a da segurança social, da legislação laboral, da administração pública, do salário mínimo, da formação profissional ou da protecção no desemprego, puderam contar com acordos celebrados com sindicatos e, sendo o caso, organizações empresariais. A contratação colectiva recuperou a dinâmica que havia perdido durante a governação da direita.

Para o PS, governar para fazer do nosso País uma sociedade mais justa e mais rica implica cooperar com os parceiros sociais, nomeadamente com os sindicatos. O poder político democrático, cujo dever é defender o interesse geral, tem muito a ganhar com a colaboração, mesmo que por vezes conflituante, de sindicatos fortes, autónomos e capazes de elaborar propostas fundamentadas sobre problemas complexos, como são os problemas sociais e económicos dos nossos dias. Representando o mundo do trabalho, o sindicalismo democrático, que preza a negociação colectiva e usa responsabilmente os direitos e os instrumentos de luta e concertação de que dispõe, é um importante parceiro para que a justa distribuição de rendimentos e a promoção da economia e do pleno emprego prevaleçam sobre as lógicas corporativas.

Ao pronunciar-se a favor da necessidade de melhorar as capacidades da intervenção sindical, o PS não faz mais do que honrar o seu próprio passado de luta pela liberdade sindical, pela institucionalização do sistema de relações laborais e da concertação social em Portugal.

4. Democracia

O PS é o partido do aprofundamento da democracia e da qualidade do sistema político. Todos os compromissos assumidos no programa de Governo que dependiam apenas da Maioria parlamentar foram cumpridos; e o mesmo aconteceu com todos quantos puderam contar com a indispensável cooperação de outras forças políticas, porque em todos esses o PS negociou com sentido de responsabilidade e compromisso. Em consequência, a legislatura de 2005 a 2009 é das que mais avançou na qualidade da democracia. Entre outras iniciativas, o Parlamento aprovou a Lei da Paridade e a Lei da limitação dos mandatos executivos; empreendeu a sua própria reforma, dando mais poderes de fiscalização sobre o Governo, mais direitos às oposições e acentuando o seu papel como espaço por excelência do debate político. Foram alteradas as leis eleitorais para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Foi aprovado o novo Estatuto Político-Administrativo dos Açores, concretizando a revisão constitucional de 2004.

Por iniciativa do PS, o Parlamento aprovou novas leis contra a corrupção. E o PS prosseguirá essa luta, porque a corrupção e o tráfico de influências atentam contra os próprios fundamentos do Estado de Direito democrático.

A) A revisão do sistema eleitoral

Nas únicas mudanças que ficaram por efectuar, as respeitantes às leis eleitorais para a

Assembleia da República e para as Autarquias Locais, tal deveu-se à oposição do PSD, parte incontornável para a sua aprovação.

O PS manifesta a sua disponibilidade para, no quadro da próxima legislatura, aprofundar o diálogo com as demais forças políticas de modo a concluir a reforma do sistema eleitoral. Para isso será necessário, da parte dos restantes partidos, outro sentido de responsabilidade. Os princípios que guiam os socialistas são conhecidos: respeito pela proporcionalidade, maior aproximação entre eleitos e eleitores, governabilidade; distinção clara entre responsabilidades executivas e poderes de fiscalização, executivos locais homogéneos.

B) A estabilidade do texto constitucional

A partir de Setembro de 2009, o Parlamento poderá assumir poderes de revisão constitucional. O PS assumirá as suas responsabilidades, em diálogo com as outras forças políticas. A sua posição de partida é sem prejuízo de alterações que resultem de consensos com outras forças políticas, é favorável à estabilidade do conjunto do texto constitucional.

C) A valorização das autonomias

O PS renova o seu compromisso de sempre no sentido do apoio às autonomias das regiões insulares dos Açores e da Madeira, na perspectiva do reforço da solidariedade e da coesão social e territorial nacionais. O PS, incluindo as suas estruturas regionais, empenhar-se-á, também, no plano europeu, na defesa de medidas que, tendo em conta a condição ultraperiférica daqueles arquipélagos, fomentem o seu desenvolvimento e atenuem os sobrecustos da sua condição geográfica.

D) Descentralização e regionalização

O programa político socialista tem como uma das suas principais bandeiras a descentralização administrativa. No mandato de 2005 a 2009, fez-se tudo o que poderia ser feito no quadro prévio à regionalização. Procedeu-se à reforma da organização territorial do Estado, compatibilizando os critérios de organização da administração desconcentrada, de modo a substituir as trinta divisões vigentes por apenas duas – ou a divisão por distritos, ou a divisão por regiões.

O compromisso político do PS é avançar mais na descentralização de competências para as autarquias locais. E é procurar o apoio político e social necessário para colocar com êxito, no quadro da próxima legislatura, e nos termos definidos pela Constituição, a questão da regionalização administrativa, no modelo das cinco regiões. Os socialistas são pelas regiões administrativas, porque consideram que elas são um instrumento de desenvolvimento territorial e coesão nacional.

E) A política de segurança

Outro elemento crucial da vida colectiva é a promoção da segurança. Para nós, não há liberdade sem segurança. Assegurar o direito de todos, e em particular dos grupos e comunidades em situação mais crítica, à segurança, é uma das responsabilidades principais do Estado.

A segurança tem várias dimensões, e em todas elas podemos apresentar trabalho feito: na articulação das forças de segurança e na preparação do sistema de segurança interna para os novos tempos e os novos riscos e ameaças, conferindo-lhe maior operacionalidade; no reforço dos meios das forças de segurança e dos órgãos de investigação criminal; na ligação entre a intervenção urbanística e social e a produção de segurança nas zonas mais problemáticas; na atenção especial concedida à promoção de segurança em meio escolar; na reforma da protecção civil; no combate à sinistralidade rodoviária; na promoção da segurança no trabalho e na redução dos acidentes de trabalho, etc., etc.

O PS reafirma o seu compromisso com a

promoção da segurança de pessoas e bens. Um compromisso fundado na concepção democrática, que associa segurança, liberdade pessoal e integração social, e portanto na firme oposição às atitudes securitárias e xenófobas de certa direita, que gostaria de substituir o regime de democracia liberal em que vivemos por um regime autoritário.

F) A promoção da igualdade

A qualidade da democracia e a promoção da cidadania passam crucialmente pela defesa da liberdade pessoal, da igualdade de direitos e do respeito entre todos, independentemente da sua origem, crença, rendimento, sexo ou orientação sexual. Na base da democracia está a convivência pacífica e o respeito pelas diferenças, e estas assentam por sua vez na vinculação de todos aos direitos humanos fundamentais. Neste quadro, o PS define três prioridades políticas para o próximo biênio.

A primeira prioridade é a igualdade de género. Por si mesma, a Lei da Paridade demonstra lapidarmente o empenhamento dos socialistas. Mas outras iniciativas paradigmáticas da vontade socialista de imprimir maior humanidade, liberdade e igualdade às relações privadas e familiares devem ser recordadas: no topo delas estão a despenalização da interrupção voluntária da gravidez até às 10 semanas e a modernização do regime de divórcio. O novo Código do Trabalho traz também avanços significativos nas condições de conciliação entre vida familiar e vida profissional. O PS define como uma das suas causas emblemáticas, como partido político, o combate à violência doméstica e por isso se empenha na rápida aprovação parlamentar de uma nova lei contra essa forma, particularmente dramática, de violência.

Por outro lado, o PS sabe que as desigualdades sociais e mesmo as desigualdades em termos de rendimento possuem uma forte componente de género. No acesso ao trabalho, no plano salarial, nos níveis de exclusão continua a estar presente, não obstante os avanços no plano dos direitos, uma forte componente de desigualdade entre mulheres e homens. Combater estas assimetrias de género não constitui apenas um valor em si mesmo, possui igualmente um forte papel na redução das desigualdades.

A segunda prioridade na promoção da igualdade é o combate a todas as formas de discriminação e a remoção, na próxima legislatura, das barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Finalmente, a terceira prioridade é o reforço da integração e a promoção da participação social e política das comunidades imigrantes. Entre 2005 e 2009, o Governo e a Maioria conduziram um dos mais importantes processos de integração social daqueles que, vindos de outros países, nos procuraram, e dos seus filhos e netos. As novas Leis da Nacionalidade e de Estrangeiros e os programas de acolhimento e integração mudaram qualitativamente a situação e tornaram Portugal uma das nações europeias reconhecidamente mais avançadas na integração dos imigrantes. O PS deseja mais: deseja que aos avanços na integração corresponda também o reforço da participação cívica e política dos imigrantes, com a plena assunção dos seus direitos e deveres no âmbito da nação em que escolheram viver.

G) O apoio à cultura

A sociedade aberta e moderna que o PS valoriza tem nas actividades artísticas e no património cultural um eixo muito importante de identidade, cidadania, modernização económica e inovação social. As artes constituem também uma área aliciente para a formação e a inserção profissional dos jovens. O compromisso do PS é também aprofundar as políticas públicas orientadas para a conservação do património, o apoio à criação artística e a democratização do acesso aos bens e actividades culturais.

H) Promover a participação dos jovens

O PS, em cooperação com a Juventude Socialista, assume a importância da participação social, cívica e política dos jovens na sociedade portuguesa. Incentivar o associativismo estudantil e juvenil, apoiar a formação e a inserção profissional, valorizar o voluntariado e promover o empenhamento dos jovens na vida colectiva, são desafios de primeira linha para a qualificação da nossa democracia.

IV

Estratégia política para o ciclo eleitoral e para o futuro do PS

1. Um ciclo eleitoral exigente e decisivo

O XVI Congresso do PS tem lugar no início de um ano politicamente marcado pela ocorrência de três eleições: europeias, legislativas e autárquicas.

Em bom rigor, o presente ciclo eleitoral iniciou-se já em Outubro de 2008, com as eleições regionais dos Açores, que o PS venceu com maioria absoluta. A magnífica vitória do PS/Açores e de Carlos César fez inteira justiça ao excelente trabalho feito pelos socialistas açoreanos ao serviço do desenvolvimento económico e social do Arquipélago e constitui um poderoso estímulo para as batalhas eleitorais que o PS tem agora pela frente.

O PS vê cada uma das eleições que se aproximam como uma boa oportunidade que a democracia portuguesa deve valorizar para promover um debate sério sobre as escolhas políticas fundamentais para o nosso futuro.

Todas as eleições são importantes e em todas elas o que está em jogo é absolutamente decisivo, justificando um grande empenhamento do Partido Socialista e dos seus militantes.

2. Eleições para o Parlamento Europeu: pelo reforço do projecto europeu

As eleições europeias, que terão lugar no próximo mês de Junho, acontecem num momento crítico para o futuro do projecto europeu.

A actual crise financeira e económica internacional só veio reforçar ainda mais a necessidade de uma Europa mais forte:

- uma Europa capaz de coordenar e implementar respostas consistentes e eficazes para superar a recessão e relançar a economia;
- uma Europa capaz de desempenhar um papel decisivo na construção de uma nova ordem financeira global e capaz de encontrar o caminho de uma regulação mais eficaz do próprio sistema financeiro europeu;
- uma Europa capaz de concretizar a ambição da Estratégia de Lisboa, que traça o rumo para uma Europa mais competitiva e solidária e continua a ser a melhor resposta europeia aos desafios da globalização;
- Uma Europa capaz de colocar as pessoas no centro das suas preocupações e assegurar o futuro e a renovação do chamado “modelo social europeu”, em direcção a uma nova Europa Social;
- Uma Europa capaz de promover a igualdade de oportunidades e a igualdade de género, bem como de combater a violência doméstica e todo o tipo de discriminações;
- Uma Europa capaz de estabelecer um Pacto Europeu para o Progresso Social e desenvolver uma política de imigração mais eficaz, mais humana e mais justa;
- uma Europa capaz de concretizar uma estratégia de ambição para a sustentabilidade energética e de manter a liderança na agenda ambiental e no combate às alterações climáticas;
- uma Europa capaz de se afirmar no Mundo como bloco político ao serviço da paz, do direito internacional, do multilateralismo,

dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento; enfim,

- uma Europa capaz de aproveitar a oportunidade da nova administração norte-americana de Barack Obama para relançar, em novos moldes, as relações transatlânticas e a cooperação estratégica entre a Europa e os Estados Unidos da América..

Este ideal de uma Europa mais forte, mais coesa e mais prestigiada implica, contudo, a urgente superação do impasse institucional que ainda persiste. Para isso, **é absolutamente fundamental a rápida entrada em vigor do Tratado de Lisboa, concluído durante a Presidência Portuguesa da União Europeia. O Tratado de Lisboa continua a ser, sem qualquer dúvida, o maior e o melhor denominador comum para a resolução dos problemas institucionais e políticos da governação da Europa.**

Os portugueses sabem que **o Partido Socialista é, verdadeiramente, o partido da Europa, o partido do grande projecto europeu.** Foi com Mário Soares que Portugal pediu e concretizou a adesão à União Europeia. Foi com António Guterres que Portugal conseguiu a adesão ao Euro e a Europa ganhou a Estratégia de Lisboa. Foi com José Sócrates e com o reconhecido sucesso da última Presidência Portuguesa, que o Tratado de Lisboa se tornou o novo alicerce de toda a construção europeia.

O ideal europeu sempre constituiu uma marca na identidade do PS – mas sempre constituiu também uma fronteira de demarcação, em particular face às forças políticas à nossa esquerda, seja da esquerda comunista, seja da extrema-esquerda. Também aqui, esses “partidos de protesto” preferiram sempre ficar à margem e nunca quiseram verdadeiramente contribuir para a construção do projecto europeu, com tudo o que ele representa como projecto de paz, de prosperidade, de qualidade de vida e de igualdade de oportunidades para Portugal e para os povos da Europa. Não é possível disfarçar estas diferenças: **os portugueses devem votar nas próximas eleições europeias com perfeita consciência de quem é que na esquerda está seriamente empenhado na Europa, para fazer avançar o projecto europeu e quem é que na esquerda está apenas emboscado na Europa, para sistematicamente combater qualquer avanço, mínimo que seja, do projecto europeu.**

O PS disputará as próximas eleições europeias com a máxima convicção, apresentando uma lista forte, para ganhar. Daremos conta do excelente trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu pelos Eurodeputados portugueses eleitos pelo PS, valorizaremos a nossa inserção no Partido dos Socialistas Europeus (PSE) e, sobretudo, empunharemos a bandeira do projecto europeu em que sempre acreditámos e de que Portugal, a Europa e o Mundo tanto precisam - e hoje mais do que nunca.

3. Eleições legislativas: vencer de novo, para servir e modernizar Portugal

O objectivo político do PS nas próximas eleições legislativas é só um: ganhar, para servir o País. Pediremos aos portugueses, com clareza, uma maioria absoluta e lutaremos com toda a energia para a alcançar de novo. Por isso, e porque o PS acredita na possibilidade real de obter uma nova maioria absoluta, **recusaremos todas as especulações sobre quaisquer outros cenários pós eleitorais, que só enfraquecem as condições para alcançar essa nova maioria.**

Nestas eleições, o PS prestará contas do trabalho feito e mostrará como honrou a confiança que os portugueses nele depositaram. Recordaremos que a maioria absoluta valeu a pena e explicaremos que **uma nova maioria absoluta do PS dará ao País as garantias de estabilidade política e de governabilidade que são essenciais para que Portugal possa vencer as consequências da crise económica internacional e prosseguir, sem retrocessos, um rumo**

de modernização e de reformas. Reformas que Portugal adiou tempo de mais, umas vezes por falta de condições políticas para fazer prevalecer o interesse geral, outras por pura falta de coragem na liderança do País.

A crise internacional, que provocou uma recessão económica em todo o Mundo, acabou por afectar, inevitavelmente, a economia portuguesa e impediu que os resultados positivos que o Governo estava a obter pudessem ter continuidade. É natural que seja preciso agora mais algum tempo para que o País possa alcançar os objectivos traçados. Os portugueses conhecem o PS e sabem que **o PS é hoje a Força da Mudança em Portugal. Só o PS aponta ao País um rumo de modernização e apresenta aos portugueses um horizonte de esperança e de futuro.** Ante as dificuldades, o PS é a força política que diz aos portugueses: “vamos conseguir!”.

Apresentamos como garantia da nossa capacidade para superar as dificuldades do presente os resultados concretos que obtivemos no Governo: vencemos uma grave crise orçamental, conseguiremos vencer esta grave crise económica. **E só o PS apresenta aos portugueses a estratégia certa para sair desta crise. Só o PS tem a determinação, a coragem e a capacidade de liderança para ultrapassar esta situação.**

À nossa direita, no PSD, reina a turbulência e o vazio. Três lideranças sucessivas não foram capazes de apresentar ao País uma única alternativa credível. E os portugueses sabem que dizer mal de tudo nunca foi solução para problema nenhum. Mas o pior é que este PSD sugere aos portugueses um regresso ao passado e às suas receitas fracassadas. E insiste nos preconceitos liberais, pretendendo que o Estado recue não só no apoio à economia e ao emprego, como também na própria protecção social, exactamente quando o País mais precisa que o Estado responda e faça aquilo que deve.

O CDS, por seu turno, não parece ter aprendido nada com o fracasso da sua passagem pelo Governo e apenas tem para oferecer aos portugueses o populismo e a demagogia. Para além de meia dúzia de mensagens mediáticas dirigidas aos seus nichos habituais de mercado eleitoral, o CDS vive na obsessão de ganhar votos com a proposta eleitoralista de baixar impostos, em termos tão irresponsáveis que tirariam ao Estado os recursos necessários para ajudar o País a vencer a crise, protegendo o emprego e as famílias.

À nossa esquerda, Partido Comunista e Bloco de Esquerda assumem-se cada vez mais como meros “partidos de protesto”, prontos a explorar demagogicamente qualquer descontentamento, sem apresentarem soluções credíveis para os problemas do País. Prisioneiros das suas ideologias datadas, resistem a qualquer mudança, opõem-se a qualquer reforma, contestam qualquer inovação. Pouco lhes importa se se trata de salvar o Estado Social e de lhe dar condições para responder em situações de crise, como a actual. Tanto lhes faz se se trata de garantir o futuro da segurança social pública, de promover a saúde materno-infantil, de combater a precariedade no trabalho ou de qualificar a escola pública, para fazer frente ao abandono e ao insucesso escolar. Eles, por regra e por princípio, são contra, e escolheram o seu lugar do lado de fora. De fora da Europa, de fora do futuro, de fora das soluções. Não é neles que os portugueses encontrarão o caminho para resolver os problemas do País.

Nestas eleições, o voto no PS é necessário também para que o País não ande para trás, para que não se perca aquilo que os portugueses com tanto esforço alcançaram e para que os projectos em curso, que tanto custou a pôr em marcha, não sejam abandonados, com prejuízo para a economia, para o emprego e para a competitividade do País. Numa palavra: com prejuízo para o nosso futuro.

O PS fará uma campanha afirmando o seu projecto e as suas propostas políticas para o

futuro do País. **O Programa Eleitoral do PS terá por base as orientações programáticas constantes da Presente Moção de Estratégia e será preparado com ampla participação, incluindo com o envolvimento do movimento Novas Fronteiras, da Fundação Res Publica e da Geração de Ideias, sendo adoptado oportunamente pela Comissão Política do partido.**

4. Eleições Autárquicas: listas próprias, projecto próprio

O principal activo que o Partido Socialista tem para apresentar aos portugueses nas próximas eleições autárquicas é o trabalho e a dedicação dos seus candidatos e autarcas ao serviço das populações e do desenvolvimento local. O PS tem uma forte tradição de empenhamento na democracia local e o seu projecto próprio para o poder local radica na consciência da importância crucial que o dinamismo das cidades e a acção dos municípios e das freguesias tem para o crescimento económico, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento das políticas sociais de proximidade. Essas tarefas revestem uma importância ainda mais acrescida no contexto criado pelos efeitos da crise económica internacional.

No Governo, **o PS reforçou a descentralização** – de que muitos falam mas que poucos praticam – com medidas concretas de grande alcance, sobretudo em áreas como a educação, a saúde e a protecção social. Importantes reformas, como é o caso da reforma do primeiro ciclo do ensino básico, foram realizadas mediante o estabelecimento de parcerias entre o Governo e as autarquias locais, com enorme vantagem para as populações.

A dinâmica do combate à burocracia e da simplificação dos procedimentos administrativos, lançada pelo Governo com o Programa Simplex, deu novas condições de trabalho às autarquias, em domínios críticos como a gestão territorial e o licenciamento urbanístico, conferindo mais autonomia e responsabilidade aos municípios, mas permitindo-lhes também prestar um melhor serviço às populações e ao desenvolvimento local. A simplificação e modernização dos procedimentos administrativos das próprias autarquias, em muitos casos dinamizada pelo novo Programa Simplex Autárquico, completará este esforço e fará parte dos projectos a apresentar pelos candidatos do PS em muitas autarquias do País.

Outra marca comum aos projectos autárquicos do Partido Socialista é a valorização da agenda social dos municípios. Esta é uma área em que as autarquias têm vindo a assumir cada vez mais responsabilidades e que deve subir ainda mais nas suas prioridades políticas. A agenda social será, por isso, uma prioridade nas programas autárquicos dos candidatos do PS.

Não obstante a diversidade das circunstâncias locais, **o PS deve afirmar nas próximas eleições autárquicas a sua visão do poder local e os traços essenciais que identificam o seu projecto próprio para o trabalho nas autarquias. Essa afirmação deve passar pela realização de uma grande Convenção Nacional Autárquica, devidamente preparada pela Associação Nacional de Autarcas do PS, em articulação com a direcção nacional do partido.**

Com a limitação dos mandatos executivos autárquicos e com a aplicação da Lei da Paridade, o PS contribui decisivamente para a renovação e qualificação da democracia local. Todavia, as próximas eleições autárquicas decorrerão ainda num quadro legislativo e institucional que não favorece nem a eficiência do trabalho dos executivos municipais, nem a clareza na imputação da responsabilidade política, nem sequer a eficácia da fiscalização pelas assembleias municipais. Infelizmente, o PSD não esteve disponível para honrar os compromissos que nessa matéria firmou com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no sentido de contribuir para uma qualificação

das condições de exercício do poder local. O PS deve recolocar este tema na agenda política da próxima legislatura.

Seja como for, **o PS assume o objectivo de fortalecer a sua posição no poder local e manterá a orientação de se apresentar com listas próprias às eleições autárquicas em todo o País, sem prejuízo de essa regra poder ter excepções pontuais em face de especiais circunstâncias políticas locais, nos casos em que tal venha a ser reconhecido como adequado pela direcção nacional do partido.**

5. Qualificação, Modernização e Abertura no futuro do PS

O Partido Socialista tem estado na linha da frente da inovação no que diz respeito ao modo de funcionamento dos partidos em Portugal: fomos pioneiros na eleição directa do secretário-geral; na regra da paridade; na limitação dos mandatos e da acumulação de cargos; nas cibersecções. Levámos mais longe do que qualquer outro partido as dinâmicas de abertura à sociedade, primeiro com os Estados Gerais, agora com o movimento Novas Fronteiras, que permanece vivo e constitui uma experiência exemplar de envolvimento de personalidades e cidadãos independentes, constituindo um espaço regular de debate e avaliação do percurso do PS e das suas propostas políticas para o futuro.

Recentemente, foi dado um novo contributo para a inovação no modelo de abertura dos

partidos políticos portugueses com a constituição da **Fundação Res Pública**, que começa a afirmar-se como um valioso espaço de **formação de quadros** e de **reflexão política**, que o PS deve potenciar ao serviço da **qualificação da democracia** e da **qualificação do próprio Partido Socialista**.

A qualificação da democracia e do PS passa, também, pela valorização do debate político interno. **Os órgãos do partido têm sido sempre um espaço de debate livre para todos os militantes. Com frequência a direcção nacional do partido, bem como os camaradas que exercem funções no Governo, têm estado presentes em sessões de esclarecimento e debate interno por todo o País. Mas, naturalmente, num grande partido democrático como o PS o debate político nunca é de mais. Devemos, por isso, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para manter, e se possível intensificar, as oportunidades de debate político no interior do Partido Socialista.**

Especial atenção deve ser dada ao **acolhimento dos novos militantes, à formação de jovens quadros e à modernização dos instrumentos de circulação de informação política no interior do PS**, entre a direcção nacional e as estruturas distritais ou locais e os próprios militantes. O novo site do PS e a renovação do Acção Socialista foram já passos importantes na direcção certa. Mas **novas e mais expeditas formas de comunicação directa, designadamente através de uma newsletter, são hoje necessárias, sobretudo num momento em**

que se aproximam importantes combates políticos.

Mas é na abertura à sociedade que o PS mais afirma a sua diferença face ao modo de funcionamento tradicional dos partidos portugueses. **O PS deve continuar a valorizar os espaços de abertura que foram constituídos, aos diversos níveis e em especial através do movimento Novas Fronteiras, da Fundação Res Pública e da Geração de Ideias.** Todos devem contribuir activamente para a preparação do programa eleitoral do PS, a apresentar às próximas eleições legislativas, tendo por base as orientações constantes da presente Moção de Estratégia.

Finalmente, importa que o PS, no quadro de uma reflexão sobre a cidadania e sobre a sua presença e enraizamento na sociedade portuguesa, repense também os termos da sua presença no meio laboral e nos diferentes movimentos sociais, para que a sua influência social e política possa ser mais consentânea com a sua efectiva representatividade. Essa reflexão e esse trabalho deve envolver e valorizar, de modo especial, estruturas já existentes, como a Tendência Sindical Socialista e o Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, para além de constituir um terreno propício ao reforço da cooperação com a Juventude Socialista.

6. PS – A Força da Mudança

O PS que se reúne no seu XVI Congresso

deve ter plena consciência das suas responsabilidades neste momento histórico.

Os portugueses não querem apenas protestar contra a crise, querem sair dela.

E só o PS tem uma estratégia séria e responsável de combate à crise; só o PS tem a capacidade e a determinação para a vencer, tal como venceu outras crises no passado.

Mais: só o PS pode impedir que o País, no pior dos momentos, entre em aventuras perigosas ou ande para trás, deitando fora o que conseguiu alcançar, com tanto esforço, nestes últimos anos.

Saberemos estar à altura desta responsabilidade.

Até porque sabemos que só o PS está em condições de proporcionar ao País a estabilidade na governação, que é tão importante para que esta crise internacional seja superada.

Tal como só o PS assume o projecto de modernização de que Portugal precisa para alcançar um futuro melhor.

O PS é, de facto, em Portugal, a Força da Mudança. E sendo-o, é também, para os portugueses, a Força da Esperança.

XVI'09
CONGRESSO
NACIONAL



27, 28 Fev. e 1 Mar Nave Polivalente de Espinho

Moção Política de Orientação Nacional

Mudar para mudar

Mudar o PS. Para mudar Portugal

Primeiro subscritor: António Fonseca Ferreira

1 Razões de uma moção

Os subscritores da Moção Política de Orientação Nacional **Mudar para Mudar** visam contribuir para o reforço do Partido Socialista como partido nuclear dos desígnios da esquerda e de governação de Portugal.

Na difícil complexidade que o PS, o país e o mundo vivem, colocamo-nos do lado da solução, não do problema. Mas, como militantes socialistas, não abdicamos de intervir no debate de ideias e soluções para ajudar o PS a sair da letargia em que mergulhou, credibilizando-o como partido plural da esquerda e consolidando-o eleitoralmente por forma a prosseguir – ou a retomar – nas melhores condições de êxito, as reformas que o governo de José Sócrates encentou. Reformas inadiáveis, que abrem o caminho para a modernização solidária, competitiva e sustentável da sociedade portuguesa.

Intervimos, neste momento, porque estamos preocupados com os graves problemas do país. Queremos contribuir, de forma determinada, para ajudar a resolver esses problemas. E temos a convicção que é possível ultrapassá-los. Em nosso entender, as dificuldades com que se debate a sociedade portuguesa resultam, fundamentalmente, de três situações que bloqueiam o desenvolvimento do país, ameaçam a coesão da nossa sociedade e podem pôr em causa a própria democracia.

Essas situações são:

- **o progressivo esvaziamento da vida partidária**, que deixou de ser espaço de confronto de ideias, de militância cívica e política, para só ter expressão através daqueles que ocupam cargos políticos e partidários;
- **o intolerável agravamento das desigualdades sociais**, a injusta repartição do rendimento entre capital e trabalho, o alastramento da pobreza e das exclusões;
- **a persistência de uma economia dominada pelas actividades rentistas** – negócios de terrenos e imobiliários, construção civil e capital financeiro especulativo – responsáveis pela baixa produtividade, pelo atraso económico e social e pela crónica dependência externa.

Sendo verdade que a crise internacional que vivemos virá agravar as nossas dificuldades, também é certo que não é esta crise a responsável pelos problemas estruturais da economia e da sociedade portuguesa. É bom que estejamos conscientes desta realidade para não adiarmos, uma vez mais, as medidas necessárias para o desenvolvimento económico e social sustentável do país.

E a nossa responsabilidade histórica é tanto maior quanto é evidente que, apesar desses problemas, existe um Portugal Positivo, de esperança e com futuro. O Portugal das empresas e empresários inovadores – software, biotecnologia e diversas outras áreas, mesmo na agricultura; o Portugal de sectores que se modernizaram competitivamente – calçado e vinho – mercê de estratégias apoiadas pelas respectivas associações; Escolas e Centros de Investigação que formam talentos e desenvolvem pesquisas de relevante mérito e resultados, mas insuficientemente aproveitados pelo país. E, se o país não é rico em recursos naturais transformáveis, tem, contudo, uma posição geo-estratégica singular no contexto da globalização e dispõe de amenidades que o tornam

muito atractivo para viver, trabalhar e visitar.

Em democracia, a responsabilidade pela condução das políticas públicas cabe, em primeira instância, aos Partidos políticos. Mas em democracia, também é certo, que somos todos responsáveis pelos problemas públicos e, portanto, também pelos impasses e degenescência da vida partidária.

Queremos mudar. Podemos mudar.

Mudar de atitude, de valores e também de comportamentos.

Mudar a vida política e partidária.

Mudar de modelo de desenvolvimento.

Mudar o padrão de repartição da riqueza.

Nós queremos, nós podemos, mas sabemos que a mudança só é possível com as pessoas.

2 Os eixos da mudança

Animados pelo desígnio de contribuir para a transformação solidária da sociedade portuguesa – nestes tempos cruciais de incertezas, mas também de oportunidades – a nossa intervenção no Congresso centra-se em três eixos estruturantes: dinamização e profunda renovação do PS; contributos para actualização do ideário, das modalidades de acção de governação à esquerda no contexto da contemporaneidade; e apresentação de propostas, de simples natureza exemplificativa, para modernização de Portugal.

REFORÇAR O PS PARA PROSSÉGUIR AS REFORMAS

A crise dos partidos políticos é, ao mesmo tempo, parte e consequência da crise das ideologias, e, no que nos preocupa, da crise da Esquerda.

No pós-guerra, os partidos foram-se descaracterizando, afastando-se das massas, dos eleitores e dos militantes, esvaziando-se de referências ideológicas e teóricas, transformando-se em máquinas burocráticas e clientelares de tomada e exercício do poder por grupos cada vez mais restritos e menos representativos dos sectores da sociedade que era suposto representarem.

Tornado protagonista maior dos combates políticos que se seguiram à revolução de Abril, sob a direcção de Mário Soares, o PS cresceu e consolidou-se como partido interclassista e plural, liderando, com sucesso, a implantação da democracia, a descolunização e a integração europeia. Alcançados esses objectivos prioritários, e com a eleição de Mário Soares para a Presidência da República, em meados dos anos 80, tornava-se necessário redefinir desígnios e mudar de protagonistas. Em plena vertigem neo-liberal e de deriva gestonária dos partidos socialistas e social-democratas da Europa (em particular o Partido Trabalhista de Blair), o PS entrou em indefinições de rumo, de alternância entre governo e oposição, e de sucessivas mudanças de líder. Com a actual liderança, o PS afirmou a sua vocação de governo mas esvaziou-se como partido, enquanto colectivo de militância, de reflexão e elaboração programática e de intervenção social.

O nosso partido não tem vida activa real; não tem contraditório; não tem debate; não tem criatividade; não tem pensamento; não interage com a sociedade; não reflecte os anseios e os

interesses dos seus apoiantes e militantes, que verdadeiramente não ouve. É um corpo que se move por inércia, dirigido pelas cúpulas. Perdeu a noção do colectivo, da discussão e da luta ideológica, no limite da democracia.

A ínfima percentagem de votantes nas últimas eleições internas é um sintoma alarmante da descrença e desmobilização dos militantes, do seu afastamento da vida partidária. Com o esvaziamento da vida partidária, a confusão entre PS e Governo, a perda – ou mudança? – das referências ideológicas e sociais, e a inexistência de espaços de debate interno, **o PS enfrenta um risco real de fraccionamento e, conseqüentemente, de afastamento prolongado do poder.**

Para travar este deslizar para o vazio, há que transformar o Partido Socialista num espaço aberto, numa escola de democracia, de igualdade de acesso e oportunidades, um espaço de reflexão, de militância cívica e social.

Os militantes não são meras peças para aplaudir e ajudar a ganhar eleições. Têm de ser actores fundamentais da génese e do devir partidário. E, tema prioritário, o PS não são só os militantes. São, também, os apoiantes e os eleitores cuja intervenção tem de ser integrada na vida partidária activa (concretizando, assim, as disposições estatutárias). É necessário e urgente aprofundar a democracia interna do PS, abrir o partido à sociedade e modernizar as suas estruturas, práticas e imagem, adoptando, entre outras, as seguintes medidas:

- **Eleições Primárias** para a designação dos candidatos do Partido aos actos eleitorais, sendo o seu universo eleitoral constituído por militantes, apoiantes e eleitores declarados, previamente recenseados;
- **Instituição de regras e meios de transparência nas eleições internas**, que assegurem condições de democraticidade efectivas, com igualdade para todos os candidatos e pesadas sanções disciplinares para as irregularidades processuais, as pressões e expedientes ilegítimos;
- **Obrigatoriedade da declaração de interesses dos dirigentes partidários** (idêntica à que é exigida aos titulares de órgãos de soberania e altos cargos políticos) com registo à guarda e controlo da Comissão Nacional de Jurisdição;
- **Recurso intensivo às novas tecnologias**, para afirmação activa do PS no ciberespaço e na blogosfera, propiciando a comunicação entre militantes e apoiantes através da disponibilização de contactos de email;
- **Criação de Espaços PS**, de elevada qualidade estética, funcional e tecnológica, agrupando secções de residência nas grandes cidades, propiciadores do convívio e debate criativos e do relacionamento político entre militantes, apoiantes, eleitores e actores da sociedade civil;

O Partido Socialista tem de sintonizar-se com os temas e causas do nosso tempo e do futuro, antecipando-os na visão, no debate e na acção, colocando as grandes questões civilizacionais nos sistemas de poder e da decisão política.

O MUNDO MUDOU, RENOVE-SE O SOCIALISMO

O Socialismo democrático vive uma crise profunda de identidade, de eficácia e de sobrevivência. Essa crise deriva fundamentalmente,

de duas ordens de factores: as mudanças civilizacionais ocorridas nos últimos 150 anos; as práticas, os programas e as alianças dos partidos socialistas e social-democratas, nas últimas décadas.

O Socialismo nasceu com o advento da sociedade industrial, forjou-se nos combates da classe operária contra a opressão e as desigualdades provocadas pela exploração capitalista e consolidou-se nas lutas das forças progressistas pela emancipação social, pela liberdade e pela democracia. Cento e cinquenta anos passados, mudaram radicalmente as formas de produzir, de consumir e de nos relacionarmos. Mudaram os valores individuais e colectivos, as formas de viver e o quadro geopolítico mundial.

As dificuldades do socialismo democrático começam quando chega ao poder em países da Europa central e setentrional, oportunidade de provar as capacidades para transformar e gerir a sociedade. Se essa gestão assegurou a seu crédito a construção do Estado Providência, com claras melhorias no quotidiano do proletariado e das classes médias em domínios fulcrais – segurança social, relações laborais, poder de compra, acesso à educação, à saúde e ao lazer – aproveitando o boom económico dos anos 30/60 (trinta gloriosos anos), o certo é que não conseguiu – se é que tentou – alterar de forma séria as relações sociais. Limitou-se a gerir de forma simpática o capitalismo, adiando questões de cariz ideológico e estrutural que emergiram cada vez com mais acuidade, numa era de transição da sociedade industrial para a sociedade dos serviços e da informação.

Daí a descaracterização, a fragilidade teórica e o conformismo das soluções políticas de uma Esquerda crescentemente sem ideias, sem iniciativa e sem motivação. E sem grandes dirigentes. Num regime de mercado liberal, o quadro torna-se ainda mais grave quando a principal conquista da social-democracia, o Estado-Providência, abre brechas por todos os lados, ao ser claro que a produção não sustenta os níveis de conforto e os direitos numa época de recursos menos abundantes.

O fracasso do modelo soviético e os impasses da social-democracia facultaram os avanços avassaladores do ultraliberalismo que entretanto decretou o *capitalismo como o fim da história*. Afinal, a história acabou da forma que agora se sabe: desastre e escândalos financeiros; apropriação e pilhagem de recursos e mais-valias por uma parte restrita da sociedade; crise económica e desemprego larvar; agravamento das desigualdades, da pobreza e das exclusões; aumento da insegurança individual e colectiva.

A esquerda em geral e os socialistas em particular estão confrontados com desafios e opções inadiáveis. Os tempos são de incerteza, de desconfiança, de pessimismo. Sobre o futuro pairam várias ameaças. Mas a actual crise e a irremediável aspiração da humanidade à liberdade e à justiça social abrem novas oportunidades.

A renovação do socialismo passa, necessariamente, por uma reformulação da sua ideologia e por uma regeneração da *praxis* política. Em plena transição da sociedade industrial para a sociedade da informação e do conhecimento, de urbanização generalizada e de globalização, mantêm-se válidos – e reforçam-se! – os fundamentos das ideias e dos combates socialistas e republicanos, ainda que assumindo novas formas no mundo contemporâneo.

Nas actuais condições civilizacionais, são as seguintes as causas centrais dos socialistas:

- O combate lúcido, determinado, contra as desigualdades e as exclusões, a nível nacional e mundial, criando condições para o estabelecimento de garantias reais no acesso à educação e à cultura, ao trabalho, à saúde, à justiça, à repartição equilibrada de rendimentos, e à diferença.
- Garantias reais (não direitos retóricos) que terão de ser traduzidas e aferidas, sempre, pela igualdade de resultados.
- Reforço do papel do Estado na garantia das liberdades e cidadania, das garantias reais à protecção social e na defesa dos equilíbrios ambientais.
- Redefinição das concepções socialistas sobre a natureza e das suas relações com as questões ambientais, adoptando medidas eficazes de limitação das emissões de gases com efeito de estufa, de preservação da biodiversidade e, no caso português, conferir prioridade ao ordenamento do território, à protecção dos recursos naturais e da orla costeira e combater, de forma determinada, as frequentes depredações ambientais causadas por projectos de obras públicas e imobiliários e pelos PIN (Projectos de Interesse Nacional) encarados como forma de se subtraírem às normas ambientais.
- Prioridade ao estabelecimento de uma nova ordem internacional, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e na coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental, e assente em instituições de governabilidade e regulação mundiais, democraticamente legitimadas.

CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL DE PORTUGAL

A tradicional natureza rentista do capitalismo português, dominado pelos negócios fundiários e imobiliários, pela construção civil e pelo capital financeiro especulativo, está na origem da baixa produtividade e competitividade da economia nacional. Para tal situação concorrem também a baixa qualificação escolar e profissional dos portugueses, a inexistência de uma cultura empreendedora e de risco e o sufocante centralismo político, cultural e administrativo do país.

As consequências que daqui resultam são conhecidas: persistente dependência de receitas externas (ouro do Brasil, remessas dos emigrantes, fundos comunitários e agora, também, um galopante endividamento externo); modesto desenvolvimento económico e social, no contexto europeu; e inexistência de sectores e empresas competitivas no mercado internacional.

Mais de um terço da riqueza nacional é sugada pelos sectores parasitários da sociedade (rendas, transacções de terras e imobiliário, juros e produtos financeiros) inviabilizando a formação de centros de acumulação fortes e produtivos – e uma mais equilibrada distribuição de rendimentos para os trabalhadores, o que melhoraria o seu nível e qualidade de vida.

Portugal falhou a revolução industrial e arriscamo-nos a falhar a revolução da informação e do conhecimento se não adoptarmos, urgentemente, políticas e medidas eficazes para a transformação estrutural da economia e da sociedade portuguesas.

Para a modernização competitiva, solidária e sustentável de Portugal, temos de nos munir com uma visão clara e partilhada do futuro que queremos construir, tendo como objectivo central passar do investimento em infra-estruturas e betão (capital físico) para o investimento em formação e qualificação dos recursos humanos (capital humano) e na inovação (capital –tecnológico). Para atingir esse objectivo propomos cinco eixos estratégicos:

- Aposta prioritária na educação para a qualificação das pessoas na sua dimensão escolar, cultural e técnico-profissional;
- Valorização do território em termos de

ordenamento, sustentabilidade ambiental, património, mobilidade, conectividade e coesão social;

- Fomento de uma cultura de empreendedorismo e risco, desde os primeiros graus da formação escolar e cidadã;
- Prosseguimento e consolidação da reforma da administração pública, em função da reorientação da natureza e funções do Estado e da sua descentralização, designadamente através da criação das regiões político-administrativas;
- Investimento – designadamente estrangeiro e fundos comunitários – focado em pólos de competitividade e clusters – automóvel, aeronáutica, biotecnologia e ciências da vida, energias renováveis, serviços de apoio ao turismo sénior, economia do mar – e em produtos e serviços inovadores, que apresentem vantagens competitivas nos mercados internacionais em profunda mudança.

Nas sociedades contemporâneas, começa-se a avaliar o progresso social em termos de qualidade de vida e não só de nível de vida. Assim, um dos imperativos maiores, do presente e do futuro, é a compatibilização do progresso económico com a justiça social e o equilíbrio ecológico. A melhoria da qualidade de vida dos cidadãos passa, essencialmente, pela humanização das condições do trabalho e a realização profissional, pelo acesso aos serviços públicos de padrões elevado, pela garantia dos direitos do consumidor, pela qualidade e segurança da envolvente residencial urbana e ambiental, pela privacidade e direito a relações pessoais e sociais mais igualitárias e livres de preconceitos e, finalmente, pela qualidade da democracia e das instituições políticas, partidárias e associativas.

O futuro não está pré-determinado nem se improvisa. O futuro inventa-se, sonhando e planeando de forma partilhada, e constrói-se colectivamente em função de desígnios mobilizadores e de políticas realistas orientadas. Se não soubermos para onde queremos ir, nunca lá vamos chegar.

3 O partido. Renovar e dinamizar o ps

DAR FORÇA AO PS RENOVANDO-O PROFUNDAMENTE

Sob pena de lesar gravemente Portugal, chegou o tempo em que não é possível adiar mais uma viragem na vida do PS que inverta a tendência negativa que pouco a pouco o tem vindo a degradar internamente e na sua imagem pública. Não estamos a propor mais uma reforma estatutária (ainda que profunda). Estamos a propor o desencadear de um processo de renovação que, incluindo implicações estatutárias, está longe de se reduzir a elas. E como ponto de partida, vale a pena salientar que a renovação do PS para o qual queremos contribuir não é uma questão instrumental, simplesmente organizativa. É verdadeiramente o desencadear de uma viragem histórica no modo de ser do nosso partido que o coloque á altura das missões e tarefas que tem que assumir no mundo complexo e aleatório deste novo século.

Cientes que a nossa proposta deve ser completada por outras e caldeada na concorrência com outras ideias, propomos para já dois tipos de medidas bem distintas. Um deles composto pelas medidas urgentes que têm que ser votadas neste Congresso como decisões concretas explícitas; o outro integrado por um leque de orientações políticas genéricas que devem ir sendo implantadas durante os próximos anos, cabendo ao Congresso dar luz verde à abertura desse processo gradual de transformação do Partido.

AS MEDIDAS URGENTES

O conjunto de medidas que deve ser aprovado

aponta para um significativo aperfeiçoamento da democracia interna do PS e da transparência das suas relações com o exterior. Essas medidas situam-se em três planos.

Em primeiro lugar a realização de eleições primárias para a escolha dos candidatos do PS nas eleições autárquicas, legislativas, regionais, europeias e presidenciais. Mas quanto às autárquicas, as eleições primárias visariam apenas a escolha do candidato a Presidente da Câmara.

Em cada caso, o universo eleitoral corresponderia ao âmbito territorial da função política cujos titulares vão ser escolhidos. Esse universo deverá abranger militantes, simpatizantes e eleitores declarados. Para esse efeito deverão ser elaboradas listas de simpatizantes, bem como dos eleitores declarados. Neste caso, haver-se-á de precisar estatutariamente o sentido desta categoria de potenciais eleitores e o seu âmbito.

Recorda-se aqui que, na revisão estatutária aprovada pela Comissão Nacional em 11 de Janeiro de 2003, foi consagrada como inovação importante a criação da categoria de **simpatizante**. (Ver Cap. II, Dos militantes e simpatizantes do Partido, art. 7º, Da inscrição e do registo no Partido, ponto 5, onde se lê: “Qualquer pessoa que se identifique com o Programa e a Declaração de Princípios do Partido Socialista pode solicitar o seu registo no ficheiro central de simpatizantes do Partido Socialista, organizado pelo Secretariado Nacional.”) Tal directiva não teve consequências práticas até agora. Há que dar cumprimento e conteúdo a esta norma. A participação dos simpatizantes na escolha dos candidatos para cargos públicos e partidários seria uma **forma poderosa de mobilização cívica e de participação política**.

A igualdade de tratamento de todos os candidatos deverá ser estatutariamente garantida através de regras que tornem objectivamente impossível o favorecimento ou a desconsideração de qualquer dos candidatos.

No segundo plano, situa-se o imperativo de aperfeiçoar a democraticidade e a transparência de todas as eleições internas do PS. Aperfeiçoamento da democraticidades, cujo sentido pode ser dado, a título de exemplo, e como exigências mínimas, através de duas ou três regras.

A primeira regra a fixar deve ser a do financiamento interno das campanhas ser da responsabilidade do próprio Partido, de modo a que nenhum candidato possa investir na campanha dinheiro seu, ou que lhe tenha sido dado pessoalmente.

No mesmo sentido, os órgãos executivos do partido estarão obrigados a ser neutrais nas disputas internas, cabendo-lhes organizar todas as sessões de esclarecimento dos candidatos, as quais só poderão realizar-se com a presença de representantes de todas as candidaturas concorrentes.

Por último, deverão ser instituídos mecanismos de controle e aplicar sanções disciplinares a membros do PS responsáveis por qualquer tipo de pressão sobre os militantes para lhes condicionar o sentido de voto, bem como por irregularidades processuais ou tentativa de trocar favores por votos.

No terceiro plano, situa-se a necessidade urgente de se instituírem regras que reforcem a garantia objectiva de que no PS não haverá promiscuidade entre política e negócios. De facto, o PS não pode ser arauto do combate a essa promiscuidade no plano do Estado e ser incompreensivelmente negligente no combate a esse risco, no plano da sua regulação interna.

Assim, propomos que o Secretário-Geral, os membros do Secretariado Nacional, os Presidentes das Federações, os membros dos Secretariados Distritais, os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias e os membros dos respectivos secretariados devem proceder a uma declaração de interesses idêntica à que é exigida a alguns titulares dos órgãos de soberania e de alguns outros titulares de altos quadros públicos, depositando-as na Sede Nacional, à guarda do Conselho Nacional de Jurisdição.

Será estatutariamente vedado aos membros do Secretariado Nacional e da Comissão Política Nacional do PS – bem como aos membros de órgãos executivos do partido de âmbito distrital ou concelhio – envolverem-se em transacções comerciais ou em quaisquer outros negócios privados afins que tenham conexão territorial, económica ou jurídica com as respectivas instâncias partidárias. Este aspecto das inovações estatutárias deve ser cuidadosamente calibrado, de modo a não instituir uma malha tão estreita que iniba desnecessariamente os camaradas abrangidos, nem consentir numa malha de exigências tão larga que a esvazie do seu potencial preventivo e dissuasor.

A corrupção é um dos principais males da nossa sociedade. Que mais corrói o nosso regime. Que mais afecta, de forma transversal, a vida dos cidadãos, por via tanto de decisões políticas arbitrarias a favor de interesses privados contra o interesse público, como da fragilização do normal desenvolvimento do país, através da subtracção das verbas destinadas a serem aplicadas nesse desenvolvimento. Em suma, a corrupção hipoteca diariamente o bem-estar dos portugueses.

O PS, enquanto poder, tem especiais obrigações na implementação da transparência política e administrativa, criando os mecanismos que permitam conhecer e controlar o bom fundamento das decisões públicas e conhecimento pelos cidadãos da forma como são aplicados os recursos do país.

Alguns dos subscritores desta proposta há muito que se batem sem sucesso pela adopção das medidas atrás preconizadas. Mas o que tem acontecido nos últimos tempos dá-nos a garantia de que, mais ano menos ano, o PS virá a acolher as nossas propostas. Apenas tem que escolher entre fazê-lo sob a pressão de circunstâncias a reboque de impulsos externos ou por uma decisão própria devidamente amadurecida e ponderada. Não nos conformamos com a primeira hipótese.

De facto, tem vindo a crescer o número de partidos socialistas (mas não só) que adoptam o procedimento das primárias. Por outro lado, crescem os conflitos dentro do nosso partido, quanto à escolha de candidatos, em parte induzidos pela quebra de legitimidade e pelo défice de democraticidade dos processos de escolha tradicionalmente adoptados.

Por último, só uma irresponsável distração pode permitir que o PS se mantenha indiferente aos sinais preocupantes que se têm manifestado na nossa vida pública, por causa dos crescentes sinais de promiscuidade entre a política e os negócios. Tomar as medidas que propomos não resolverá tudo. Mas não as tomar representa um enorme risco, o qual se pode vir a revelar suicida.

AS ORIENTAÇÕES DE MÉDIO PRAZO

As medidas urgentes estão longe de constituir a totalidade do processo de renovação que defendemos para o PS. Há mutações indispensáveis e profundas que, tendo que ser desencadeadas, implicam uma acção persistente e sistemática. Refiram-se alguns exemplos.

Um partido como o PS tem que se afirmar no debate ideológico como instância de um pensamento crítico, o que só pode acontecer sustentadamente se aprendermos a ser um verdadeiro espaço de difusão e criação cultural.

Na verdade, há uma complexidade social crescente, na qual só é possível interferir através de acções baseadas num conhecimento seguro da realidade. Conhecimento que seja radicado na compreensão do sentido dos seus mecanismos e da sua evolução e não só o que resulte da simples absorção das evidências empíricas e do senso comum que aparente reflecti-la. Ou seja, o PS tem que passar a ser um divulgador e um produtor de cultura, um protagonista quotidiano de iniciativas culturais, trazendo para a agenda política, para a governação e para as instâncias de decisão as grandes causas civilizacionais.

Um outro caminho a percorrer é o da abertura

no PS de uma valência mutualista assumida, através da qual se organize, materialize e potencie, uma solidariedade concreta entre os socialistas. Sublinhe-se que este tipo de inovação se adequa bem à conjuntura que atravessamos, sem deixar de se harmonizar com o horizonte socialista, em sinergia com outras estratégias que para ele apontem.

Naturalmente, para afirmar esta nova valência da vida do PS, será necessário seguir um gradualismo bem calibrado, sendo compreensível que se comece com pouco, para se ir progredindo para patamares mais exigentes e mais universais.

O PS deve reestruturar por completo a sua presença no ciberespaço e na blogosfera, instituindo uma rede nacional de *sítes* que potencie o reforço da vida democrática interna e da sua inserção na vida social. Há que fomentar as redes informáticas de comunicação entre os militantes e simpatizantes, designadamente através de *emails*.

Tendo em vista o processo de regionalização do país, processo exigido para descentralizar territorialmente competências e meios que aproximem a decisão dos cidadãos e das actividades, libertando as energias individuais e colectivas sufocadas pelo tradicional centralismo cultural, administrativo e político, o PS deverá adoptar uma organização territorial estruturada em Federações Regionais, substituindo as actuais Federações Distritais.

Fomentar a criação de Secções Temáticas e reestruturar as secções de residência por forma a criar massa crítica e passar de federações distritais às federações de âmbito regional, tendo em vista – e antecipando – a regionalização do país.

ELEIÇÕES PRIMÁRIAS. MOBILIZAÇÃO CÍVICA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A designação dos candidatos a eleições para os cargos públicos é, muitas vezes, feita em circuito fechado, dentro de círculos restritos, sem a participação dos militantes e dos cidadãos. Esta é uma das principais causas da descredibilização da política e dos políticos, do afastamento dos cidadãos e do enfraquecimento das candidaturas.

É comum, em diversos países, o recurso a eleições primárias para escolha dos candidatos às disputas eleitorais. As eleições primárias servem para refundar a ligação dos partidos aos militantes e aos cidadãos.

As eleições primárias propiciam:

- O debate de ideias e propostas de suporte às candidaturas;
- A escolha dos mais qualificados para o desempenho das funções políticas;
- A participação e mobilização de militantes e simpatizantes para as missões fundamentais da vida pública e partidária;
- A melhoria da imagem junto da população pelo acréscimo do sentido de responsabilidade associado a esta prática.

Nas circunstâncias concretas da nossa sociedade, a escolha dos candidatos através de eleições primárias será uma inovação fundamental para o reforço da influência do nosso partido e de confiança dos Portugueses no sistema político, um poderoso instrumento de ligação do PS à sociedade e aos seus eleitores naturais.

Assim, propomos ao Congresso que aprofunde este tema, tendo em vista o seguinte:

- Instituição do sistema de eleições primárias para a escolha dos candidatos do PS às eleições Autárquicas, Regionais, Legislativas, Europeias e Presidenciais;
- Participação nas primárias dos militantes e simpatizantes abrangidos pelas estruturas correspondentes aos respectivos universos eleitorais;
- Realização de um recenseamento prévio de simpatizantes para o estabelecimento rigoroso dos colégios eleitorais;
- Candidaturas que possam ser apresentadas: – Nos termos estatutários actuais; – Por

subscritores que constem do colégio eleitoral respectivo, representando, pelo menos, 15% desse universo, dos quais 10% deverão ser militantes.

4

A reforma do sistema político

A reforma do sistema político não deve ser encarada como uma operação de engenharia institucional, divorciada da sociedade e da política. Pelo contrário, deve visar um desenvolvimento social humanizante e sustentável, ancorando-se na ideia de que isso implica uma adequada multiplicação de protagonismos, em processos locais sustentados por dinâmicas endógenas, enquadradas, articuladas e potenciadas por instâncias políticas regionais.

Uma reforma do sistema político pressupõe, necessariamente, a qualificação dos poderes locais, a emergência de poderes regionais e a racionalização do poder central.

Será ilusório esperar que um Estado anquilosado, centralista e insuficientemente democratizado possa impulsionar e conduzir um processo social desta natureza. A reforma do sistema político só tem sentido na perspectiva de fazer emergir um novo nível de decisão que articule o poder municipal com o poder central. E só no quadro de uma reforma do sistema político tem sentido uma reforma eleitoral, envolvendo quer o plano autárquico, quer o plano legislativo. E assim poderá até ser facilitada, consensualizada e enriquecida, pela instituição de uma segunda câmara, uma câmara das regiões, que simultaneamente culmine o processo de regionalização e a reforma do sistema político.

É importante que não se procure compensar o falhanço das reformas políticas, ocorrido nas últimas legislaturas, com qualquer tentativa de retomar acriticamente posições anteriores. Por isso, **o PS deve lançar um debate interno sobre a reforma do sistema político** que realmente o envolva no seu todo.

Neste quadro, especificamente, quanto à reforma eleitoral com incidência directa na Assembleia da República, deve ser bem ponderado se as soluções esboçadas são adequadas à prossecução dos objectivos pretendidos. De facto, estimular a participação eleitoral, prestigiar os eleitos reforçando a sua qualidade, aproximá-los realmente dos seus eleitores, dignificar o seu estatuto nos planos social, político e jurídico, são objectivos aceitáveis e positivos. Mas há que conjugá-los, confrontando-os com os eixos da Constituição, de modo a poder aferir-se a compatibilidade que haja entre eles, bem como a sua importância relativa.

Deve levar-se até ao fim, nomeadamente, a ponderação sobre a utilidade dos círculos uninominais. De facto, é imperativo que seja seguro e claro que os objectivos fixados para justificar essa opção não sejam afinal inatingíveis através dela. É ainda indispensável que em nome de uma vantagem eventualmente comprovada não se sacrifiquem outros objectivos, politicamente relevantes e constitucionalmente irrenunciáveis. É preciso, nomeadamente, analisar qualquer proposta de alteração do sistema eleitoral à luz do princípio da proporcionalidade entre votos e eleitos, que é indubitavelmente um dos esteios identificadores do nosso sistema eleitoral – que todos os quadrantes políticos, aliás, afirmam querer respeitar.

No plano autárquico, o PS deve tomar posição para suprir a carência de uma instância intermédia que articule o poder local com o poder central, ou seja, de um nível de **poder regional** democraticamente legitimado.

Tendo isso presente, o PS deve abandonar tudo o que, nas suas propostas, se afastava da plena democraticidade do exercício do poder autárquico. E, se continuar a pretender deslocar o eixo do poder municipal para as respectivas assembleias, tem que garantir que essa mudança não representa qualquer entorse à plena vigência do princípio democrático, em todos os

momentos da vida das autarquias.

Valerá a pena também analisar a hipótese de uma diferenciação dos tipos de estruturas autárquicas, repartindo-as, eventualmente, em dois blocos: um constituído pelas grandes cidades e outro pelas zonas com menor população. No mesmo sentido, será fecundo valorizar as dinâmicas do associativismo municipal numa lógica de rede, de modo a que por essa via se abra caminho a um salto qualitativo, rumo a uma reestruturação do mapa autárquico, desse modo mais fácil de consensualizar.

Dentro desta lógica, o PS deve tornar claro que está disposto a uma negociação global com todos os partidos para a reforma do sistema político – com os reflexos que isso possa ter na revisão constitucional – mas que está indisponível para operações de cosmética parcelar. E nunca deverá pactuar, por mais forte que seja a campanha da direita, com processos de engenharia eleitoral que visem suscitar vantagens políticas a este ou a àquele partido, através de simples alterações do sistema eleitoral.

5

O combate às desigualdades

A luta contra as desigualdades é uma das marcas fundadoras e identitárias da Esquerda. Da Revolução Francesa até aos anos 70, do século passado, a história do progresso social releva dos combates dos trabalhadores e das suas organizações sindicais e políticas traduzidas em assinaláveis conquistas sociais e humanitárias: acesso à Educação e à Cultura; melhorias salariais e das condições de trabalho; sistemas de saúde e de segurança social.

O socialismo democrático forjou-se nessas lutas e teve um papel determinante nas conquistas sociais, no desenvolvimento económico, científico e dos direitos humanos dos últimos 150 anos.

Contudo, a partir dos anos 80 do século XX, enquanto aumentava fortemente a produção da riqueza, beneficiando dos progressos científicos e tecnológicos e da produtividade do trabalho, as desigualdades sociais aprofundaram-se, multiplicaram-se as exclusões e aumentaram, de forma intolerante, as situações, de pobreza. A estas desigualdades básicas tradicionais, a globalização veio juntar novas situações inigualitárias e de precariedade entre os quadros e trabalhadores qualificados, face à feroz competição dos mercados e à permanente deslocalização das empresas. Ora, para além da injustiça social e da limitação ao exercício dos direitos e liberdades individuais e colectivos, estas situações condicionam, também, o desenvolvimento económico e põem em causa a coesão e a paz sociais.

Tudo isto acontece num contexto de progressiva desregulação dos mercados (neoliberalismo, Thatcher, Reagan); de *desorientação* das forças de Esquerda (fracasso do comunismo, blairismo); e de enfraquecimento do Estado, designadamente do seu papel de provisão de serviços públicos.

São estas as causas da crise que vivemos, dos impasses que o mundo atravessa, provocando injustiça, sofrimento, temores e incertezas em milhares de milhões de pessoas.

Em Portugal, 18% da população – cerca de 2 milhões de pessoas – vive abaixo do limiar da pobreza, a classe média sofre um processo de debilitação e a angústia perante as incertezas do futuro está a minar a confiança nas bases da nossa jovem democracia, enquanto que as 100 famílias mais ricas, 1% da população, detêm 22% da riqueza nacional.

É tempo da Esquerda (das Esquerdas), em particular do Partido Socialista, retirarem as lições da história, dos sucessos e insucessos do socialismo e retomarem o combate central pela igualdade e pela inclusão. Isto nas novas condições civilizacionais, designadamente da globalização dos mercados e das comunicações, de uma sociedade dominada pelos serviços, do elevado potencial científico e tecnológico,

mas também de novos valores sociais, lúdicos e individuais.

Os socialistas não se podem conformar com políticas sociais limitadas a medidas assistencialistas, de rendimento, salário e apoios *mínimos*. Medidas louváveis em termos humanitários, que propiciam a sobrevivência, mas não permitem a mudança estrutural da condição profissional, social e humana das pessoas e das famílias.

Munidos de uma visão de futuro – renovação do contrato social e refundação do Estado Providência, os socialistas, o PS e o seu governo têm de agir, adoptando medidas concretas que assegurem as *garantias reais*, traduzidas em *igualdade nos resultados*:

- no acesso à educação, à formação permanente e à cultura;
- no acesso ao trabalho, combate à precariedade e radical redução do desemprego;
- reequilíbrio da repartição dos rendimentos entre trabalho e capital;
- eliminação das chocantes remunerações (salários e prémios) e das reformas milionárias dos administradores e altos quadros (os prémios deverão ser atribuídos em acções e participações no capital social e não em dinheiro);
- reforço dos sistemas de protecção social a favor dos mais pobres e aqueles que são atingidos por situações de precariedade;
- adopção de uma consistente fiscalidade distributiva, designadamente entre capital e trabalho e tributação dos altos rendimentos patrimoniais, - das heranças e das grandes fortunas;
- combate às discriminações do mercado do trabalho ou no acesso aos serviços com base na raça, cor da pele, origens sociais e orientações sexuais.

Para os socialistas, a aposta nas pessoas é fundamental. Só com a generalização da educação e da formação ao longo da vida, mais justiça social, igualdade de oportunidades será possível caminhar para uma sociedade mais justa, democrática, criativa e sustentável. Tendo em vista dar sentido e expressão concreta socializante ao progresso civilizacional propomos que a par do PIB e dos indicadores ambientais generalizadamente utilizados (emissões de carbono, por exemplo), seja adoptado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador das Nações Unidas para avaliar o progresso das condições de bem - estar social.

O PS e o seu governo têm de ser agentes activos dos combates e soluções pela igualdade. Igualdade sem eufemismos nem relativizações, como justiça social em construção, como conquistada das condições materiais do exercício das liberdades e para o desabrochar da individualidade criativa de cada ser humano. Na verdade, só numa sociedade socialmente justa se pode esperar que cada ser humano se realize plenamente na sua irreduzível individualidade.

SAÚDE

A política de saúde é um dos traços distintivos duma política de Esquerda. A Saúde é uma bandeira histórica quase mítica do 25 de Abril e do PS, um marco miliário de excelência na procura do bem público. Foi o PS que criou e implementou o Serviço Nacional de Saúde e deve assumir esse passado com orgulho, determinação e dinâmica de futuro. O SNS é uma vitória nossa, uma obrigação nossa. Pode e deve ser melhorado, adaptado, actualizado, nunca posto em causa. Este é um paradigma essencial e estruturante da acção política dos socialistas.

Ora a actualização do SNS passa por três vectores – qualidade, modernização e igualização nos resultados.

A qualidade pressupõe a suficiente disponibilidade dos meios exigidos pela evolução da ciência e da técnica de molde a proporcionar patamares de bem-estar aceitáveis na saúde pública. Não se pretende aqui *despejar* dinheiro sobre os problemas, mas sabe-se que hoje em dia não há saúde pública sustentada

sem investimentos importantes. Um governo socialista há-de atribuir à saúde um orçamento justo, de acordo com o carácter social central do sector, mesmo em prejuízo de outros sectores relevantes mas não prioritários. Fazer política é escolher – e o PS tem de dar prioridade a Saúde.

A modernização passa pela opção clara acerca da política de investimentos/gastos e de reformas na Saúde. Não há que recear as reformas, sobretudo as estruturais, que são inadiáveis, mas elas terão que ser explicadas e até contratualizadas com a sociedade civil, incluindo as autarquias e as associações e representantes dos consumidores. As reformas na Saúde serão levadas a cabo, na óptica socialista, tendo em conta as pessoas e as comunidades e assentarão na racionalidade, no profissionalismo, nas técnicas mais modernas e no princípio de justiça social que visa a defesa dos mais desfavorecidos.

Com a igualização dos resultados visa-se que os mais fragilizados (os idosos, os mais pobres, os excluídos, os doentes crónicos e calamitosos, as comunidades dispersas do interior, os desempregados) vejam os seus índices de saúde gradualmente melhorados. Este é o nosso alvo, o alvo dos socialistas, esta é a visão da Esquerda. Urge promover a aproximação das condições efectivas de saúde dos portugueses, encurtando o leque de desigualdade que subsiste neste sector em Portugal.

A reforma dos cuidados primários de saúde, já iniciada, não pode parar e deve ser aprofundada. Neste processo, como em todos os que envolvem mudanças profundas, há que fazer participar os cidadãos nas estratégias e promover a circulação de informação adequada.

JUSTIÇA E SEGURANÇA

O problema da segurança tem que ser enfrentado de forma realista. A liberdade e os direitos dos cidadãos não podem ser postos em causa pelo falhanço do Estado em garantir as condições fundamentais de tranquilidade pública.

O problema tem que ser enfrentado a três níveis: doutrinário, legislativo e operacional. A nível doutrinário é necessário assumir sem complexos o combate à insegurança como uma questão de Estado e recentrar a prioridade na defesa da vítima ou potencial vítima, por forma que a necessária preocupação com as circunstâncias do agente do crime não constitua um obstáculo à prevenção e combate à criminalidade. Tal doutrina deve ser concretizada ao nível da legislação penal e de processo penal, que deve acautelar de forma eficaz as necessidades de prevenção geral e especial.

A referida política legislativa deve ser fortemente desencorajadora da reincidência e criar as condições para que medidas como a quase eliminação da prisão preventiva e a suspensão sistemática da execução de penas, mesmo em crimes graves, não crie uma ideia de penalização tão longínqua que se aproxime da impunidade.

Importa criar as condições para o eficaz combate ao crime de colarinho branco, corrupção e outros crimes praticados por detentores de poder, tanto político como económico, que na prática judicial gozam de uma impunidade que leva ao total descrédito das instituições.

Os problemas não passam só pela legislação, mas sobretudo pela respectiva aplicação. A formação dos magistrados, quer inicial (CEJ, Centro de Estudos Judiciários) quer permanente (quase inexistente) deve ser repensada tendo em atenção os objectivos expostos. Entre outras medidas, a formação dos magistrados deverá, além de incluir os aspectos doutrinários referidos, ter uma componente prática muito superior à actual, incluindo participação em operações no terreno, sendo também enriquecido o leque de formadores do CEJ com profissionais de outras áreas, mesmo não jurídicas, nomeadamente económica e operacional. A formação excessivamente teórica actualmente existente tem revelado resultados desastrosos na administração da justiça.

Ao nível de acção no terreno, é necessário criar as condições reais para prevenir o abuso de poder por parte das forças de segurança. Mas há que proporcionar-lhes o treino e as condições, nomeadamente ao nível das Regras de Empenhamento, para que nas situações mais graves e perigosas possam actuar com eficácia e garantir a segurança pública e também a sua própria, através da utilização dos meios adequados a cada situação.

IMIGRAÇÃO

Para além dos tradicionais movimentos migratórios, a globalização tenderá a acentuar e ampliar a mobilidade internacional de pessoas, designadamente em função das necessidades dos mercados de trabalho. Em Portugal e na Europa, nas próximas décadas, as políticas de imigração serão decisivas para o desenvolvimento económico e a coesão social.

Portugal tem, actualmente, cerca de 5% de população imigrada, aproximadamente 500 mil pessoas. Se a economia crescer – e para a economia crescer – a população imigrante vai aumentar significativamente, prevendo-se a sua duplicação no horizonte de 10/15 anos. E a alternativa é clara: adopção de políticas de imigração, acolhimento e integração activas e consistentes; ou a formação de guetos e convulsões indesejáveis e perigosas em termos sociais, económicos e de segurança. O Partido Socialista terá de eleger a imigração como parte fundamental das políticas sociais, em articulação com as necessidades laborais, a garantia de emprego e de acolhimento integrador na sociedade portuguesa.

A imigração tem de deixar de ser uma questão de legalização (a reboque dos acontecimentos) para passar a uma política activa e preventiva, através:

- da definição e implementação de uma política clara e consistente de imigração legal, em função das necessidades laborais, das possibilidades de integração na sociedade portuguesa e da concertação dessa política no âmbito da União Europeia;
- do estabelecimento de acordos bilaterais e multilaterais com os países de origem no sentido de assegurar previamente o ensino da língua e formação profissional e da regulação dos fluxos de migrantes;
- de um adequado acolhimento em termos de emprego, alojamento, reunificação familiar e acesso ao ensino para os descendentes;
- de atitude e medidas firmes no combate às discriminações em relação aos imigrantes, mas, igualmente firmes no combate à ilegalidade, à fraude, ao tráfico de pessoas e bens por grupos estrangeiros marginais.

Só os socialistas estão em condições de assegurar uma política de imigração que compatibilize, responsabilmente, os interesses da economia e sociedade portuguesa com os valores de integração, cidadania e coesão social que o acolhimento deve garantir aos imigrantes.

INOVAR SOCIALMENTE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE

O cooperativismo e a economia social inscrevem-se com naturalidade no horizonte de esperança de qualquer partido socialista. De facto, as práticas cooperativas e de muitas das outras organizações da economia social, antecipam, em si próprias, uma sociedade mais justa, mais livre e mais humanizada, o que suscita uma óbvia sinergia com os objectivos estratégicos do PS.

Por outro lado, a actual conjuntura mostra bem como o cooperativismo e a economia social são elementos fundamentais do desenvolvimento de Portugal, da sua sustentabilidade duradoura, bem como da sua qualidade humanista.

Apontamos algumas ideias básicas para contextualizar as propostas que fazemos:

- O movimento cooperativo mundial e as redes de associações e de mutualidades internacionalmente disseminadas são exemplos de uma globalização emancipatória e solidária.

- As cooperativas e as outras entidades da economia social anteciparam com a sua prática a valorização, quer da responsabilidade social das empresas, quer da acção empresarial em rede.
- Qualquer política de desenvolvimento cooperativo e da economia social tem que respeitar a história e a autonomia das respectivas organizações.
- Há que reflectir nas políticas públicas o facto da Constituição, ao lado do sector público e do sector privado, consagrar um “sector cooperativo e social”.

As propostas concretas que nos parecem mais urgentes são:

- Incentivar com determinação a educação e a formação cooperativas, bem como a investigação do cooperativismo, no quadro de uma valorização da economia social como objecto de estudo específico.
- Promover a reestruturação estratégica do INSCOOP, envolvendo mais profundamente o movimento cooperativo na sua estrutura, abrindo-o às outras organizações da economia social e pondo fim ao estrangulamento financeiro que vem ocorrendo há décadas.
- Criar condições que estimulem a instituição de um Conselho Geral do Sector Cooperativo e Social, como espaço de diálogo e mútuo conhecimento das instituições que o integrem, com funções consultivas do poder político, em tudo o que diga respeito ao respectivo sector.
- Estimular a instituição de parcerias entre o sector público e o sector cooperativo e social, quer através das cooperativas de interesse público, quer através de outros tipos de estruturas cooperativas.
- Em articulação com as estruturas do sector, instituir estímulos relevantes para o empreendedorismo cooperativo entre os jovens.
- Incentivar a internacionalização do movimento cooperativo português, apoiando a sua participação activa nas instâncias cooperativas internacionais, bem como, em geral, nas estruturas internacionais da economia social.

6

Educação A urgência de uma reforma

LIBERTAR E DESENVOLVER

A educação é um factor determinante do desenvolvimento. Difícilmente conseguiremos romper os actuais bloqueios que tolhem a sociedade, sem a sua impregnação profunda pelo binómio **educar-e-aprender**. Na verdade, o desenvolvimento do processo educativo, a conquista de condições de uma verdadeira aprendizagem ao longo da vida, não são apenas instrumentos de uma melhoria da qualidade do nosso desenvolvimento e da vida em sociedade, são também antecipações de um outro quotidiano mais universalmente humanizado.

A impregnação da sociedade pelo processo educativo não se faz sem limites. Não se pode exigir à escola o que só é alcançável através de profundas transformações económicas e sociais. Aliás, o excesso de expectativas pode inquinhar a prossecução dos próprios objectivos que lhe são atribuídos.

É imperioso reafirmar o princípio da responsabilidade do Estado pela educação pública, encarada como um dos vectores estruturantes do desenvolvimento social, como um dos espaços centrais da qualificação e da civilização dos seres humanos, como um insubstituível gerador de cidadania e de humanidade.

Além disso, se é condição necessária, para se chegar a uma sociedade justa, uma equilibrada partilha do trabalho, do rendimento e dos tempos livres, é vital o papel da educação nesse processo. Por isso, é indispensável assegurar o papel propulsor do Estado, na permanente adequação do sistema de ensino às crescentes exigências da sociedade.

Devemos equacionar os problemas levantados pela sociedade da informação, cuja evolução aponta para nos conduzir a uma verdadeira sociedade do conhecimento. O que está em causa é um processo gradual e complexo, necessariamente longo, implicando uma cadeia de objectivos estratégicos devidamente conjugados e impondo uma pilotagem democraticamente legitimada e radicada no interesse público.

Tudo isto se complica porque um dos aspectos predatórios do capitalismo actual é a tentativa de tornar o ensino numa mera prestação de serviços mercantis. Sendo a educação um processo de humanização radicado na aquisição de conhecimentos, na integração social das novas gerações, na afirmação da identidade cultural dos povos, instância decisiva na construção do nosso futuro colectivo, não pode deixar de ser uma responsabilidade que cabe, em primeira linha, ao Estado, ao poder democrático, enquanto expressão política do bem público.

A política educacional deve desenvolver-se com base num conjunto bem determinado de vectores que a estruturam e é importante destacar um dos mais relevantes: o envolvimento dos professores na prossecução dos objectivos e na dinâmica de implantação dessa política. Esse envolvimento e a dignificação da profissão docente em todos os seus aspectos são condição *sine qua non* do êxito de qualquer política educativa. Êxito que também depende da clareza dos seus impulsionadores políticos, quanto aos bloqueamentos que a tolhem e aos desafios que enfrenta. Registemos algumas das maiores dificuldades.

Esta globalização capitalista, ao eliminar quadros de referência tradicionais, ao apagar pontos de ancoragem identitária e ao abrir novos espaços de competição selvagem, representa, para cada sistema educativo, um vendaval de novos desafios. No caso português, corre em paralelo o processo de integração europeia, que não deixa de ser uma pressão autónoma para o sistema educativo.

O desabrochar da sociedade de informação e do conhecimento oferece novos meios à educação, mas obriga, a novos métodos e a novas atitudes, impondo, por si só, novas exigências, quer no plano científico, quer no plano didáctico, quer no plano pedagógico.

Os problemas da massificação do ensino, agravados pelo enfraquecimento da hegemonia da escola, como lugar difusor de conhecimentos e de cultura, não impediram que se tornasse mais ostensiva, em termos de futuro, a centralidade do conhecimento a que através da escola se pode ter acesso. Os cidadãos angustiados por bloqueamentos sociais e culturais, sem expressão política clara e imediata, tendem a esperar da escola uma excessiva realização dos seus anseios.

E assim, paradoxalmente, quando é maior a importância da escola, mais forte parece ser a deslegitimação social que a atinge. A estagnação estrutural da escola e os bloqueamentos sociais existentes levam às pulsões de anarquia que perturbam o seu quotidiano. E, neste contexto difícil, um outro dilema se perfila: é quando a autoridade dos professores parece mais precária, no dia-a-dia da escola, que se mostra mais necessária uma pedagogia mais construtiva.

Tem ganho actualidade o imperativo de se empreender uma reforma da educação de largo alcance, necessariamente profunda e prolongada, que enfrente e resolva os problemas de que padece o nosso sistema educativo. Circunscrevendo-nos ao caso português, é indispensável encontrar novas respostas para os problemas atrás referidos.

Destaque-se a entrada no sistema educativo de sectores sociais, na sua quase totalidade, antes arredados da escola ou, pelo menos, arredados dos níveis de escolaridade mais elevados, bem como o facto de essa democratização do ensino não ter sido acompanhada de um correspondente aumento de bem-estar social e do nível cultural das famílias que potenciasses e sedimentasse essa democratização.

Por outro lado, o progresso de todos os ramos do saber, quer científicos, quer humanísticos, indutor de novos horizontes de informação e complexidade, bem como o desenvolvimento das novas tecnologias, impregnaram o cerne do próprio processo de ensino/aprendizagem de novas oportunidades e de novos problemas.

Estes factores seriam suficientes para se justificar uma radical transformação do processo de formação de professores, mas essa necessidade tem vindo a ser enormemente potenciada pelas sequelas de uma política de desresponsabilização do Estado, lançada pelo cavaquismo, nos anos 80. Não houve, depois, capacidade ou vontade política para reverter essa deriva que degradou dramaticamente toda a formação de professores no nosso país, com base numa visão neoliberal da educação, cuja lógica está já a dar os seus frutos dramáticos na conjuntura económica mundial que atravessamos. Daí que defendamos que este deve ser o primeiro e urgente passo: preparar cuidadosamente e pôr em prática um novo sistema de formação de professores, em todos os graus de ensino, adequado aos tempos que atravessamos e aos problemas que enfrentamos.

Será nesse quadro que devem ser implantados novos processos de avaliação dos professores e das organizações escolares, que acompanhem a recuperação necessariamente lenta da qualidade da formação de professores, hoje drasticamente comprometida. Uma avaliação que, numa primeira fase, se irá testando a si própria e coadjuvando o processo de requalificação dos instrumentos e das práticas de formação de professores, entretanto desencadeado, para que se chegue a um tempo em que possa desempenhar, com justiça e equilíbrio, uma função apreciativa do mérito dos professores, com um reflexo adequado nas suas carreiras e remunerações.

Pode compreender-se que, quanto às dramáticas querelas que têm perturbado o funcionamento das escolas e a atmosfera política do país, a propósito da avaliação dos professores, o essencial não é saber quem tem razão, pois pequeno será sempre o benefício para o sistema educativo, se continuar a ser esquecida a degradação do sistema de formação de professores que o cavaquismo iniciou e se arrasta há mais de vinte anos. Empolar a importância da avaliação dos professores, desconsiderando a degradação da sua formação, é apenas a estéril inversão de um problema, atacando-lhe as consequências e deixando intactas as causas.

Vejamos, sinteticamente, a importância de algumas vertentes da política educativa.

Um elemento nuclear dessa política é a generalização e a qualificação do ensino pré-primário, na esteira do que tem vindo a ser feito. Apenas se chama a atenção para as virtualidades do envolvimento do sector cooperativo e social como protagonista deste processo numa perspectiva de incentivo à dinamização endógena do tecido social, numa área em que a proximidade é um factor do máximo relevo.

É tempo também de ser reapreciada, no seio do PS, a política seguida no que diz respeito ao modelo de gestão das escolas, adoptado nas mais recentes opções assumidas nessa matéria. Efectivamente, elas representam uma ruptura com as opções políticas há muito seguidas pelo partido nesta, sendo nalguns casos visivelmente tributárias de perspectivas conservadoras, alheias aos valores que estruturam a identidade do PS.

No mesmo sentido, é muito importante que se proceda a uma avaliação objectiva das consequências do chamado processo de Bolonha e do Regime Jurídico do Ensino Superior que procurou projectá-lo no nosso país. Desse modo, poder-se-á preparar um sério processo de correcção dos aspectos que prejudicam a qualidade e o desenvolvimento do ensino superior em Portugal.

Algumas incongruências parecem, na verdade, evidentes. Procurou estimular-se a aquisição de novas competências, como se elas não dependessem do alargamento dos

conhecimentos correspondentes. Exacerbou-se um certo imediatismo do concreto, como se o raciocínio abstracto não fosse um esteio determinante da capacidade de pensar. Quando a complexidade do real e a quantidade da informação crescem exponencialmente, reduzem-se as cargas horárias e o número de anos lectivos, aligeirando-se os currículos. Toda a lógica dos novos órgãos de poder nas Universidades e no Politécnico reflecte uma enorme desconfiança no papel que deve ser protagonizado pelos estudantes, bem como na própria democracia.

A Universidade como espaço científico e crítico está em perigo.

Parece claro que o PS não pode seguir para o ensino superior a mesma lógica que já recusa expressamente para a sociedade. Na verdade, o pensamento que guiou as acções que no plano económico conduziram o mundo para o drama que vivemos é do mesmo tipo daquele que informou o Processo de Bolonha e o RJIES. Seria trágico que só acordássemos para esse perigo, quando nas nossas Universidades eclodisse uma crise paralela à que hoje abala o mundo da economia.

Em síntese, defendemos o início de um amplo processo de reforma da educação, à luz do qual iremos compreendendo quais os caminhos que merecem continuar a ser percorridos, quais os que devemos abandonar.

Ter uma política de educação errática, tributária de instâncias internacionais, hoje de credibilidade duvidosa, numa navegação de cabotagem à vista, é correr um enorme risco de comprometer por décadas o futuro do nosso povo.

ESCOLAS PROFISSIONAIS ENSINO PROFISSIONAL

Criado em 1989 pelo Decreto-Lei 26/89, de 21 de Janeiro, o Ensino desenvolvido de forma pioneira pelas Escolas Profissionais tem alcançado resultados reconhecidamente positivos: taxas de conclusão, empregabilidade dos alunos diplomados, nível de satisfação de alunos, famílias e empresários – o que levou o Governo, aquando da reforma do ensino secundário, em 2004, a alargar o Ensino Profissional às escolas secundárias. É de saudar esta decisão, que reconhece o sucesso e a importância do Ensino Profissional e que pretende colocar Portugal ao nível dos restantes países da OCDE.

Nos últimos anos, o ensino profissional tem registado um crescimento exponencial, passando de 30 mil alunos para mais de 90 mil alunos, o que se deve ao alargamento do ensino profissional às escolas secundárias. Tem de existir um critério de razoabilidade na abertura de novos cursos profissionais. Devem ser respeitadas as escolas que estão no terreno há vinte anos, e que já fizeram grandes investimentos em infra-estruturas físicas e em recursos humanos, de forma a evitar-se a duplicação de investimentos. Verifica-se é que as Direcções Regionais de Educação forçam os Conselhos Executivos a abrirem cursos profissionais em locais onde as escolas profissionais já os ministram, o que significa um desperdício de recursos.

Todos os resultados apresentados pelas escolas profissionais e escolas secundárias, no que se refere aos índices de conclusão, empregabilidade, prosseguimento de estudo e impacto regional, sejam devidamente aferidos.

Sugere-se também que se retomem os concursos públicos de apetrechamento e das escolas profissionais de forma a que estas possam proceder a novos investimentos na melhoria das suas condições e a obras de adaptação, tal como acontece com as escolas secundárias. O que se verifica é que as escolas profissionais, apesar de prestarem um serviço público, continuam a ser discriminadas pelo facto de terem uma gestão privada.

Por último, acresce recordar que uma das razões que muito contribuíram para o sucesso deste tipo de ensino prende-se com a autonomia que as escolas profissionais tiveram desde o seu início, tendo este modelo sido testado

com sucesso. Recentemente, assiste-se a uma tendência do Ministério da Educação em funcionalizar as Escolas Profissionais, à semelhança do que se faz nas escolas secundárias, o que é um erro, uma vez que estas escolas diferem na sua matriz. Importa assim preservar a autonomia das escolas profissionais, a bem do ensino profissional em Portugal.

NOVAS OPORTUNIDADES

O processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) é um projecto notável deste governo, que cumpre um desígnio nacional, contribuindo para elevar os níveis de qualificação dos portugueses.

Relativamente ao RVCC, nomeadamente no Nível Básico, uma das preocupações existentes prende-se com a idade mínima para integrar este processo, que é actualmente de 18 anos, sugerindo-se que seja alterada para 20 anos.

Quanto ao RVCC de Nível Secundário, refira-se que nem todos os actores que estão no terreno a desenvolver este processo, que exige grande rigor, possuem as competências pedagógicas para o fazer. O RVCC deve funcionar com a exigência necessária e adequada ao nível secundário, evitando-se cair num facilitismo apenas útil para fins estatísticos. Deve-se continuar a aferir as condições pedagógicas em que todos os Centros de Novas Oportunidades (CNO) estão a desenvolver o processo de RVCC, principalmente no nível secundário.

Também se recomenda uma maior articulação entre todas as entidades que gerem este processo. Reconhece-se que tem vindo a ser feito um esforço neste sentido, mas há ainda muito por fazer, de forma a evitar-se a duplicação de esforços e trabalho por parte das equipas dos CNO.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É indiscutível a importância da Formação Profissional na sociedade actual. A formação profissional deve ser utilizada para aquisição de novas competências, para a reciclagem/actualização de conhecimentos e para a reconversão profissional, devendo estar devidamente enquadrada no projecto de vida de cada indivíduo, promovendo a empregabilidade e não criando situações de dependência das bolsas de formação.

Impõe-se um maior rigor na atribuição de verbas para o desenvolvimento de acções de formação, tendo em conta a credibilidade dos actores. Os fundos disponibilizados para a formação profissional devem ser exclusivamente utilizados para este fim, e não para subsidiar desempregados. Deve ser exigida maior selectividade nas pessoas que são contactadas para estas formações, limitando o número de acções que podem frequentar ou o número de bolsas que podem auferir, de forma a que deixem de encarar a formação como um emprego a tempo inteiro.

As empresas e instituições de formação com protocolos estabelecidos com o Instituto de Emprego de Formação Profissional, devem ser rigorosamente auditadas, avaliando-se as condições físicas, pedagógicas, em que estão a operar, bem como os resultados obtidos. As empresas privadas que operam no sector da formação, devem ser obrigadas a diversificar o tipo de acções de formação que apresentam, apostando mais nas áreas tecnológicas, em detrimento das áreas dos serviços, que implicam um menor investimento.

7

Novo modelo de desenvolvimento

NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO – PRODUTIVO E SUSTENTÁVEL – PARA PORTUGAL

A produtividade e a competitividade da economia portuguesa enfrentam problemas estruturais cujo diagnóstico e resolução têm

sido persistentemente iludidos e adiados: tradicional natureza rentista e especulativa do capitalismo português, défice de empreendedorismo, baixas qualificações escolares e profissionais e reduzido investimento em investigação e em processos de inovação.

Os negócios fundiários e imobiliários, a construção civil e o capital financeiro especulativo têm “sugado” a economia e “capturado” o Estado, inviabilizando – ou limitando – o investimento produtivo, conduzindo aos baixos índices de desenvolvimento de Portugal e à nossa tradicional dependência externa – ouro do Brasil, remessas dos emigrantes, Fundos Comunitários, elevados défice da balança de pagamentos e, agora, também, o galopante endividamento externo.

O CHOQUE PRODUTIVO

O *choque tecnológico*, depois transformado em Plano Tecnológico, criou naturais expectativas numa viragem estrutural das prioridades da economia nacional. E cabe-lhe o mérito de sensibilizar os portugueses para a necessidade da inovação e os importantes acordos de cooperação com as Universidades Americanas.

Contudo, o Plano Tecnológico nunca apresentou uma visão clara, focalizada e mobilizadora para a reconversão produtiva da economia portuguesa, dispersando-se por uma miríade de medidas que o vulgarizaram e o tornam ineficaz. A aposta conseguida nas energias renováveis e, pontualmente, em empreendimentos de tecnologia de ponta relevam a favor do voluntarismo de José Sócrates no sentido de uma reiterada modernização da sociedade e da economia portuguesas. Mas, subitamente, voltámos à predominância das obras públicas e ao apoio indiscriminado aos investimentos turísticos, os quais acolhem alguns empreendimentos de qualidade para a afirmação de Portugal como destino de turismo residencial, a par de uma grande quantidade de negócios imobiliários insustentáveis predadores do território. O choque tecnológico parece ter virado em choque de betão e asfalto regressando ao tradicional anacronismo da economia portuguesa.

É tempo de o Partido Socialista e o seu Governo, em diálogo e sinergias com empresários, instituições e especialistas inovadores – que se têm revelado mas não consistentemente ouvidos e apoiados – construir uma estratégia para a viragem produtiva e sustentável da economia portuguesa.

As bases dessa estratégia, os eixos motores da modernização económica e social do país são:

- Reforço da qualificação escolar e profissional dos recursos humanos e da investigação e desenvolvimento tecnológico que propiciem a difusão do conhecimento e a inovação (como prática e não como retórica).
- Fomento do espírito empreendedor desde os primeiros graus da formação escolar e cidadã.
- Mudança do investimento em capital físico (infraestruturas) à predominância do investimento na inovação e competitividade, com focagem em projectos de massa crítica e natureza estruturante, o apoio efectivo às pme's e apoio selectivo à internacionalização da economia.
- Elaborar e implementar estratégias específicas – à semelhança do que foi feito para os sectores do vinho e do calçado – para a afirmação competitiva de sectores emergentes, tais como: energias renováveis *software*, biotecnologia e ciências da vida, economia do mar e turismo sénior.
- Reforço da conectividade, comunicações e mobilidade sustentável facilitadoras da circulação de bens, informações e pessoas, com respeito pelo meio ambiente e a melhoria da coesão social e territorial.

Não se compreende a inexistência de um Plano Director de Infraestruturas integradas do país. E ainda menos se aceita o arrastamento, há duas décadas e sucessivos governos, das Autoridades Metropolitanas de Transportes,

com grandes perdas de passageiros pelos transportes públicos. Isto quando se investiram biliões de euros nas respectivas infraestruturas e frotas e com prejuízos e indemnizações compensatórias que custam, anualmente, mais de uma centena de milhões de euros aos contribuintes.

Assim, propomos a elaboração e implementação de um Plano Estratégico de Conectividade e Mobilidade, articulando, devidamente os diversos modos de transporte, bem como a mobilidade de proximidade, e visando a prestação de serviços públicos de qualidade, a eficiência económica e a redução das emissões de CO2.

A territorialização das políticas públicas é uma condição imperativa para o aproveitamento dos recursos, o progresso social e a competitividade da economia portuguesa. Uma estratégia de potenciação e qualificação do território passa por:

- Clusterização da mega-região litoral Setúbal/La Corunha, através do serviço de Alta velocidade (AVE) e a densificação de Pólos de Competitividade em Lisboa/Setúbal, Leiria/Marinha Grande, Coimbra/Aveiro e Porto/Braga;
- Desenvolvimento do Algarve como destino turístico de referência internacional e a dedicação à investigação e economia marítimas;
- No interior do país a prioridade é a instalação de novas actividades criadoras de riqueza e emprego. Tem de ser adoptada uma política pró-activa que proporcione a emergência de territórios dinâmicos pela conjugação dos recursos endógenos, com actividades baseadas no conhecimento e na inovação e tirando partido das boas acessibilidades e factores de qualidade de vida. A instalação de Pólos de Competitividade em Vila Real/Bragança, Guarda/Covilhã/Fundão/Castelo Branco e Évora/Beja deve constituir uma das prioridades do QREN.

SUSTENTABILIDADE UMA NOVA RELAÇÃO DO HOMEM COM A NATUREZA

A natureza predadora do capitalismo está a provocar graves desequilíbrios ecológicos, epidemias e doenças, e escassez alimentar, com profundas consequências sociais e económicas. O desenvolvimento sustentável – em termos económicos, sociais e ambientais – é, hoje em dia, uma questão central da renovação do pensamento e da acção socialistas. Seguramente, uma das novas utopias da esquerda.

O socialismo tem de redefinir as suas concepções sobre a natureza e os socialistas têm de reconsiderar as suas relações, com as questões ambientais.

Na senda do racionalismo iluminista, as correntes socialistas originais desenvolveram concepções utilitaristas da natureza, a favor da satisfação das necessidades humanas e do desenvolvimento da produção. Esta posição compreende-se na sua contextualização histórica: a satisfação das necessidades sociais básicas, recorrendo à produção de bens a partir dos abundantes recursos naturais.

Entretanto tudo mudou.

A industrialização da industrialização e da urbanização, a sobre-exploração dos recursos naturais, o uso indiscriminado dos combustíveis fósseis provocaram graves desequilíbrios ecológicos – alterações climáticas, redução da biodiversidade, desertificação – e a penúria que ameaçam a vida no planeta Terra, fome, epidemias e a paz.

Portugal é um país de abundantes e singulares recursos naturais e territoriais. Mas temos deixado degradar, de forma inadmissível e insustentável, esses privilegiados recursos: desordenamento do território com um urbanismo expansivo; ocupação massiva – legal e ilegal – do litoral; poluição e contaminação da água e do ar; congestionamento do tráfego viário com declínio do tráfego ferroviário e dos transportes colectivos; devastação da floresta e desertificação em virtude dos incêndios e das actividades humanas, industriais e agrícolas.

Agora enfrentamos uma onda de desordenamento resultante dos *resorts* turísticos e outras modalidades de turismo com implantação sobre a orla costeira e em espaços rurais e florestais, quase sempre em zonas ambientalmente sensíveis – REN, RAN, Sítios Natura 2000. Permissividade fomentada pelos PIN (Projectos de Interesse Nacional) e por suspensões e alterações casuísticas, – pelo Governo e Câmaras Municipais – dos Planos de Ordenamento em vigor.

Portugal encontra-se num estádio decisivo, numa encruzilhada, no que se refere ao ordenamento do território e à sustentabilidade ambiental:

Concretizar, com firmeza, coerência e consistência as estratégias, planos e políticas que têm sido aprovadas e consagradas nos programas dos governos e nas directivas europeias; ou prosseguir com cedências aos interesses fundiários, imobiliários e da especulação turística.

Nesta dilemática se joga o futuro do país: sociedade de progresso, qualidade de vida e justiça social acrescidas; ou de território a caminho do esgotamento dos seus recursos naturais, do empobrecimento social e económico e da periferização civilizacional.

O Partido Socialista assumirá – no seu ideário, orientações e políticas – a sustentabilidade como modelo de desenvolvimento ambiental, económico, social, energético e territorial.

Junto da Direcção do Partido será criado um Grupo de Trabalho, responsável pela sistematização de contributos e propostas para a renovação doutrinária e programática, neste domínio. Propostas a integrar nos programas eleitorais e de governo (legislativas e autárquicas) e na acção quotidiana dos socialistas e das estruturas partidárias.

ENERGIA

A utilização de energia está subjacente a todas as actividades humanas e a quantidade de energia disponível está fortemente correlacionada com a qualidade de vida das populações. O aumento da população do planeta, a melhoria, nas últimas décadas, das condições de vida em zonas do planeta densamente povoadas, e o aumento generalizado da intensidade energética de todas as actividades humanas, da qual se destaca a produção de alimentos e a mobilidade global de crescente número de pessoas e mercadorias, está a extremar os problemas ambientais, económicos e geopolíticos associados à forma como a Humanidade assegura as suas necessidades energéticas.

A utilização do gás natural, petróleo e carvão para assegurar mais de 85% das necessidades energéticas da humanidade representa uma factura ambiental cada vez mais pesada, que não é contabilizada quando se discute a competitividade económica das alternativas. Para além do continuado esforço em I&D, que contribuirá para a maturidade e respectiva redução do custo de fontes alternativas de energia, é fundamental a generalização dos mecanismos de mercado que onerem as externalidades negativas das fontes de energia. Só deste modo se poderá comparar de forma justa os custos reais de cada fonte de energia.

A competição entre as diversas formas de produção de energia só poderá dar-se num quadro de transparência se o Estado mantiver os mecanismos que permitam que a distribuição de energia não privilegie determinados agentes económicos e formas de produção de energia, em prejuízo de outros. As redes de distribuição de energia, monopólios naturais, devem ser detidas pelo Estado, de forma a que este possa assegurar condições de igualdade na concorrência e no acesso ao mercado a todos os potenciais interessados, quer estes sejam utilities tradicionais, quer sejam utilizadores/produtores individuais.

É fundamental o investimento em I&D num vasto leque de tecnologias de produção, armazenamento e distribuição: biocombustíveis, particularmente o etanol celulósico, as novas gerações de solar fotovoltaico, a fusão nuclear, as baterias e supercondensadores, a energia

eólica, das ondas e das marés.

A dependência dos combustíveis fósseis apresenta também uma dimensão geopolítica, na medida em que o seu fornecimento está dependente de um número restrito de países, frequentemente governados por elites corruptas e/ou regimes totalitários. As nações democráticas estão, assim, reféns de países terceiros, que não hesitam em usar a sua posição como arma geopolítica de enorme poder. A mudança para um novo paradigma energético não assente nos fósseis, para além dos benefícios ambientais evidentes, democratizará a produção de energia, contribuindo para um Mundo mais multipolar, onde a chantagem com base nos recursos energéticos se tornará cada vez mais difícil.

A diminuição do consumo de petróleo passa pela mudança de paradigma nos transportes. Para além do reforço do investimento nos modos de transporte mais eficientes do ponto de vista energético, como a ferrovia ou o transporte marítimo, é fundamental que o transporte rodoviário, que representa uma fracção muito significativa do consumo de combustíveis fósseis, evolua no sentido da flexibilidade, podendo utilizar indiferentemente aqueles, ou biocombustíveis de diversas fontes. A emergência de automóveis eléctricos competitivos relegará a utilização de combustíveis, para a produção de energia eléctrica, eliminando quase completamente a poluição atmosférica nos centros urbanos, e permitindo que as vantagens da utilização de novas fontes de energia limpa sejam imediatamente aproveitadas pelo transporte.

O aumento da eficiência energética é a forma mais potente de reduzir o consumo de energia e as emissões de gases de efeito de estufa. Através de alterações, muitas vezes simples e de baixo investimento, é possível obter diminuições substanciais nos consumos de energia, tanto nos sectores residencial como industrial. Portugal encontra-se numa posição particularmente atrasada entre os países Europeus, consumindo a maior quantidade de energia em relação ao PIB de todo o continente. Isto significa, naturalmente, que há uma maior oportunidade de melhorar a performance energética do país. Portugal tem de ampliar e aprofundar a aposta nas energias alternativas. Mobilizando a investigação, o desenvolvimento de produtos e os agentes económicos. Criando um Cluster consistente e o Know-how que nos permitam reduzir o nosso défice energéticos e vantagens competitivas na exportação de energia.

CONSTRUÇÃO RODOVIÁRIA

A concretização do Plano Rodoviário Nacional (PRN) deve ser cuidadosamente ponderada por forma a avaliar, relativamente a cada via proposta a justificação da mesma, tendo em atenção a necessidade em termos de intensidade de trânsito, alternativas de utilização da rede existente, melhoramento da mesma, custo - benefício e impactos ambientais e sociais.

Basta viajar em algumas auto-estradas recentemente construídas, para verificar que o reduzidíssimo tráfego não justificaria o custo e os impactos da sua construção, devendo evitar-se o mesmo erro no futuro.

Deve privilegiar-se o desenvolvimento das vias existentes, melhorando as suas condições de circulação e segurança, reservando a construção de novas vias para situações de excepção e de indiscutível necessidade.

Deve respeitar-se uma hierarquia de rodovias diferenciada, reservando o perfil de autoestrada ou via rápida apenas para os grandes eixos (que já estão praticamente todos construídos), devendo as restantes ligações ser asseguradas por IP, IC e estradas nacionais, adoptando no essencial a rede existente em lugar de, como está a acontecer, optar sistematicamente pela construção de novas vias paralelas às actuais e transformar todos os IP e mesmo IC em autoestradas.

Por outro lado, o modelo de financiamento anunciado, remetendo o pagamento dos encargos para os próximos 50 anos, é um pesado

endividamento público e uma injusta hipoteca para a vida dos nossos filhos e dos nossos netos, negando o princípio socialista fundamental de solidariedade entre gerações.

MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

É fundamental o apoio às micro, pequenas e médias empresas que são as grandes fontes de emprego em Portugal. Estão já a ser implementadas algumas medidas, sendo fundamental que estas sejam disponibilizadas às empresas mais pequenas, que enfrentam actualmente graves problemas.

No que concerne à actuação do Fisco, é consensual que se têm feito consideráveis progressos nos últimos anos, contudo a actual metodologia, na qual os fiscais recebem comissões sobre processos de liquidação instaurados às empresas é altamente pernicioso para o bom funcionamento do sistema. Mais de 70% dos casos que vão para Tribunal são ganhos pelas empresas, ou seja as liquidações foram improdutivas. Consideramos que, nesses casos, alguém deve ser responsabilizado pela actuação do fisco, que deve ser sempre pautada pelo rigor e credibilidade.

Recomenda-se a ponderação de várias medidas:

- Redução do IVA de forma a tornar Portugal competitivo face aos seus parceiros europeus.
- Alteração dos procedimentos de cobrança e de gestão do IVA. Este deve ser considerado dívida ao Estado somente após o efectivo recebimento da factura.
- Redução dos prazos de reembolso do IVA, medida ajustada à actual situação económica.
- Criação de mecanismos de controlo das linhas de crédito existentes para permitir às empresas melhorar o seu equilíbrio financeiro, reconduzindo-as à sua vocação de origem.
- Redução da Taxa Social Única, quer para os empregadores, quer para os trabalhadores, o que provocaria efeitos em cadeia, quer na melhoria da exploração e tesouraria das empresas, quer no reforço do rendimento disponível das famílias.
- Criação, com o apoio das Associações Empresariais, de mecanismos de apoio à manutenção do emprego através do financiamento de acções de formação e valorização profissional.
- Criação de cursos de formação profissional orientados para gestores e empresários de micro, pequenas e médias empresas.
- Estudo das condições para que a descentralização do investimento público seja feita em benefício das empresas locais, designadamente das micro, pequenas e médias empresas.
- Extinção do Pagamento Especial por Conta, por não estar bem definida a sua natureza, contendo muitas omissões e funcionando como uma autêntica colecta mínima.
- Criação de novos escalões de taxas de IRS para os rendimentos mais elevados.
- Redução das taxas do IMI e aumento do período de isenção.

A aplicação de todas as medidas propostas permitiria a manutenção de muitos postos de trabalho.

8 Estado Estratega, regulador e descentralizado

RENOVAR E TORNAR MAIS EFICAZES AS FUNÇÕES DO ESTADO

Conhecemos os vectores dominantes da actual fase do processo de globalização capitalista. São, em si próprios, predatórios e geradores de novas desigualdades sociais, propulsores de novas forma de exploração e de opressão.

Por isso valorizamos, especialmente, a

imediate instituição de novos mecanismos de regulação, quer à escala nacional, quer nos planos europeu e mundial. Mecanismos esses, destinados a limitar efeitos negativos da globalização, que devem articular-se com políticas de estímulo a todas as manifestações emancipatórias da globalização, de modo a irem sendo acentuadas as suas vertentes solidárias.

Concebendo-se o Estado democrático como processo do seu próprio aperfeiçoamento, ele só o poderá ser, verdadeiramente, se for também um Estado social, capaz de ir compensando e reduzindo as desigualdades sociais existentes, rumo a uma melhor qualidade de vida de todos os cidadãos, pressuposto irremovível de uma sociedade mais justa.

Simultaneamente, o Estado há-de ser um regulador estratégico da economia, apostado na humanização dos processos produtivos, de modo a impedir que o trabalho seja confundido com uma simples mercadoria e a conseguir que possa vir a ser equitativamente distribuído por todos os cidadãos. Partindo da ideia central de que a competitividade da nossa economia é corolário de uma qualificação global da sociedade portuguesa, admitimos um protagonismo directo do Estado como agente económico, quando isso puder potenciar a eficácia da sua função reguladora, (como é o caso dos sectores estratégicos) quando for condição necessária para uma aceleração sustentada do processo de transição ou quando, no caso dos serviços de interesse geral, se esteja a assistir a uma degradação visível da qualidade dos serviços prestados.

Ao valorizarmos a educação pública como um dos eixos estruturantes do Estado democrático e como elemento insubstituível da identidade nacional do povo português, sustentamos que o Estado tem que assumir uma responsabilidade completa pela manutenção e desenvolvimento da Escola Pública, em todos os seus níveis, desde o ensino pré-primário ao ensino superior.

A intervenção reguladora do Estado para ser credível e eficaz, tem de evitar a governamentalização que frequentemente se tem verificado, com inacção submissa ou, mesmo, de promiscuidade entre regulador e regulado. Nesse sentido propomos que a nomeação dos Reguladores seja feita pelo Presidente da República sob proposta da Assembleia da República.

Por outro lado, é necessário incrementar a governança efectiva participação dos cidadãos e dos actores económicos, sociais e culturais, ou seja, associando os representantes da sociedade civil às instituições para conceber e por em prática as políticas e as decisões públicas.

REGIONALIZAÇÃO

A criação das regiões político-administrativas será o culminar de um processo de reforma da administração do Estado, reforçando a territorialização e a descentralização, e propiciando a aproximação da decisão dos cidadãos e das actividades económicas.

A regionalização é condição indispensável para quebrar o centralismo administrativo, político e cultural que secularmente sufoca a sociedade portuguesa, criando as condições para novos dinamismos de desenvolvimento económico e social, territorialmente mais equilibrados.

A instituição das Regiões deverá ser feita através de uma alargada consulta popular, através do Referendo.

Regiões. Nível intermédio da administração territorial

O centralismo de que enferma o país é uma das tendências pesadas da sociedade portuguesa, uma questão administrativa, é certo, mas também uma questão cultural e um problema político a enfrentar com urgência e determinação, pois constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

O facto de a administração central ser responsável por cerca de 85% dos recursos orçamentais ilustra bem o centralismo da governação do país, apesar dos extraordinários

progressos do poder local (municipal), desde a revolução de Abril.

O processo político e institucional que há-de conduzir à reorganização da administração territorial do Estado, ao reforço da descentralização e à regionalização exige um debate aberto, sem tabus, nem omissões. No qual tudo tem de estar em equação: concelhos, freguesias, distritos, círculos eleitorais, áreas metropolitanas e regiões. Mas também a reorganização da administração desconcentrada (territorial) do Estado, as funções e arquitectura organizacional deste num contexto de profundas mudanças civilizacionais.

O próximo Congresso Nacional é a sede própria e a oportunidade adequada para munir o Partido Socialista com orientações claras e seguras com as quais se apresentará aos eleitores em 2009.

Não foi exemplar, longe disso, o comportamento dos socialistas no processo do referendo de 1998. As divisões e hesitações dos dirigentes do PS, a sobranceria e desmesurados "apetites" manifestado por dirigentes regionais contribuíram decisivamente para a derrota da regionalização. É preciso retirar as devidas ilações desse processo e garantir, agora, orientações firmes e concertadas sobre regionalização e descentralização do Estado.

Regionalização como contraponto aos efeitos da globalização

Se a descentralização/regionalização já era, por razões históricas e de desenvolvimento uma urgência para a sociedade portuguesa, a globalização e os processos de transformação que afectam as sociedades contemporâneas tornam mais necessário e premente a concretização desse grande desígnio nacional.

A globalização e os processos de integração – no nosso caso o processo de integração europeia – vão no sentido de reduzir os poderes e as capacidades regulatórias dos Estados nacionais com riscos de perda de identidades baseadas no clássico Estado (e espaço) Nação. Por outro lado, as aceleradas transformações sofridas nas últimas décadas pelas sociedades contemporâneas, no sentido da complexidade, da aceleração das mutações e da tendência para o funcionamento em rede implica maior autonomia para as organizações políticas, económicas, sociais e culturais locais e regionais.

Só estas condições permitem tomar decisões rápidas e ajustadas às realidades locais e territoriais. Os governos e as instâncias locais e regionais são, ao nível identitário, um contraponto incontornável aos efeitos que a globalização provoca na diluição das tradicionais identidades nacionais.

A Regionalização como impulso da integração europeia

Portugal permanece, hoje, como único país da "Europa dos 15" que não está regionalizado. Esta situação representa uma clara fraqueza do país na participação "real" na construção europeia e na gestão mais eficaz dos Fundos Comunitários.

Regionalização: como fazer?

Existem, hoje, novas condições para incrementar a descentralização e criar as regiões político-administrativas. Emergem novas realidades territoriais de infraestruturas equipamentos e processos produtivos. Há novos protagonistas e actores ao nível regional e local, condições que propiciam um desenvolvimento mais sustentado do processo de regionalização.

O Referendo

A regionalização terá de ser implementada através de novo Referendo, e não através de Lei da Assembleia da República, como, pretendem alguns. O facto de já se ter recorrido ao referendo, em 1998, e a importância de uma participação alargada dos portugueses para dar força e legitimidade política e democrática a esta Reforma estrutural, impõem que a Regionalização seja instituída através de uma consulta popular.

Premissas

- a regionalização não é um fim em si; constitui um meio para descentralizar e propiciar novos dinamismos de desenvolvimento equilibrado do território;
- o processo de transferências de competências e recursos para as regiões deve ser faseado;
- as regiões deverão ter órgãos e estruturas "leves", não constituindo novas burocracias e quadros excessivos de funcionários;
- deverá instituir-se um quadro de articulação e contratualização entre as regiões (NUTS II) e as Associações de Municípios (NUTS III) com experiência de contratualização visando evitar a criação de novos "Terreiros do Paço" ao nível regional.

Em termos geográficos, a regionalização deve assentar nas cinco regiões – plano (área das CCDR's) que fizeram o seu curso e demonstraram a sua pertinência nos 40 anos da sua existência (evitando as engenharias de "fronteira" que envenenaram o processo em 1998);

O debate sobre a regionalização deverá integrar-se num debate mais amplo sobre a reforma administrativa ao nível territorial – concelhos, freguesias, distritos – ainda que com prazos diferidos de implementação.

PROSEGUIR E CONSOLIDAR A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para que o Estado possa desempenhar, com eficácia, as suas missões sociais, de regulação e segurança, torna-se indispensável dispor de uma administração pública moderna, eficiente, transparente e motivada.

O actual governo desencadeou, com razoável sucesso, a reforma da administração pública através do PRACE (Programa de Reforma da Administração Central do Estado) e do SIMPLEX – conjunto de medidas tendo por objectivo simplificar e abreviar os procedimentos administrativos, facilitando a vida aos cidadãos e às empresas. Foram dados importantes passos no sentido da racionalização, eficiência, economia de recursos e transparência, tudo isto sem grandes convulsões. Contudo, esta como outras reformas não são neutras (bem pelo contrário), quer em termos ideológicos, quer em termos sociais. Há um debate a fazer sobre a natureza e as funções do Estado numa época de profundas mudanças económicas, sociais e tecnológicas. E os socialistas têm de construir uma visão clara sobre o papel e a configuração do Estado, daí derivando as atribuições, estruturas e qualificações das administrações públicas. É inquestionável que o Estado tem de reforçar as suas capacidades – de orientação estratégica, regulatória, de contratualização e de sancionamento – para garantir o acesso aos serviços de natureza social, assegurar o serviço público em novos domínios como o ambiente e as tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Em suma: a modernização da administração pública pressupõe, para os socialistas, a racionalidade na utilização dos recursos, a eficiência e transparência funcional e uma reforçada capacitação para a regulação dos mercados e a garantia de acesso de todos os cidadãos ao serviço público. E não o enfraquecimento pretendido pelos neoliberais com vista a facilitar a desregulação predatória do capitalismo.

Uma condição fundamental para o êxito da reforma da administração pública é a participação dos trabalhadores, sendo a sua valorização profissional uma das componentes essenciais de êxito do processo.

9

Por uma democracia mundial

O DESASTRE NEO-LIBERAL

A crise que o mundo atravessa é o resultado de um processo de globalização económica e financeira intoleravelmente desregulada por

decisores arautos de um capitalismo neo-liberal sem ética, nem constrangimentos. Tudo começou com Reagan e Thatcher e culminou com George Bush. A partir dos anos 80 do século passado foi desencadeada uma fúria privatizadora dos serviços públicos que constituíam o pilar fundamental do *new deal* americano e do *modelo social europeu* do pós-guerra, um excepcional período de desenvolvimento civilizacional (crescimento económico com coesão social, descolonização, avanços nos direitos humanos).

A mundialização económica e comunicacional é um processo incontornável do desenvolvimento civilizacional. Contudo, para que esse processo se faça em paz, justiça e liberdade exige uma nova governança mundial e uma renovada regulação global, democraticamente legitimadas ao nível político, económico e militar.

A descredibilização provocada pelas políticas de Bush, o desastre da guerra do Iraque e o elevado défice externo dos EUA, a par da emergência de novas economias e blocos regionais abrem novas perspectivas e oportunidades para a construção de um mundo multipolar, policêntrico, mais justo, solidário e sustentável.

ESQUERDA, GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALISMO

Nos seus primórdios, o socialismo fomentou as doutrinas e organizações internacionalistas, em contraponto ao capitalismo de pendor nacionalista. Paradoxalmente, com o capitalismo globalizado, a esquerda abdicou da intervenção internacionalista organizada, deixando esse papel aos movimentos sociais que têm denunciado e lutado contra as instâncias e efeitos nocivos da globalização (G8, FMI, GATT), de forma generosa, mas pouco eficaz.

Ora este combate tem de ser, hoje e no futuro próximo, uma das principais prioridades do socialismo democrático.

O combate, é urgente, porque a crise é profunda, abalou as estruturas capitalistas e exige saídas rápidas, antes que se instale o caos. E as alternativas são claras, não estando pré-determinadas: a reconstrução musculada dos grandes grupos económicos e dos seus centros de regulação económica e militar; ou uma nova regulação mundial assente no respeito pelas liberdades, na equidade e justiça social e na sustentabilidade ambiental.

Este é o maior desafio e oportunidade que o Socialismo democrático enfrenta na era contemporânea. Desafio, aliás estimulante e oportunidade única: a luta pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial, de natureza multilateral, policêntrica, baseada na equidade e coesão social, na segurança e na sustentabilidade ambiental.

O que anda a fazer a Internacional Socialista? O PS precisa de empenhar-se numa intervenção activa na IS, para que os partidos do Socialismo Democrático assumam, como é sua vocação, a liderança reformadora global que a situação exige.

VALORES E CAUSAS DE UM NOVO INTERNACIONALISMO

São, neste contexto, valores e causas fundamentais do campo do socialismo democrático:

- Combate universal pelas liberdades, pela paz e pelo respeito dos direitos humanos: (abolição da pena de morte, encerramento de Guantánamo)
- Luta contra a pobreza, as desigualdades sociais, com particular focagem no Continente Africano;
- Direito à formação escolar e profissional, à cultura e à emancipação dos povos oprimidos;
- Fomento da aliança de civilizações com base no diálogo, na convivência e na cooperação entre povos de culturas e credos diversos;
- Integração dos migrantes, com base em acordos multilaterais, regulando os fluxos, assegurando condições dignas de acolhimento e de retorno;
- estabelecimento do direito universal à água potável;

- novo modelo de desenvolvimento económico sustentável integrando o combate e prevenção das causas das alterações climáticas, a expansão das energias renováveis, a protecção da biodiversidade e dos recursos hídricos;
- novas modalidades de regulação económica e financeira sólidas, eficientes, democraticamente controladas.

Recorde-se que um dos melhores períodos da história do desenvolvimento mundial, os anos 30/60 do século XX, após a grande depressão de 1929, se baseou nos Keynesianismo, ou seja, nos apoios do Estado à reestruturação industrial com ganhos de produtividade, mas também ao Estado Providência - new deal e modelo social europeu, com fortes investimentos na coesão, bem estar social e condições de vida – saúde, segurança social, educação, subsídio de desemprego, férias pagas, etc. Agora, a saída da crise de 2008 só terá sucesso se investir num modelo de desenvolvimento sustentável aos níveis económicos e financeiros, mas também de redução das desigualdades e na coesão social e na sustentabilidade ambiental.

POR UMA DEMOCRACIA PLANETÁRIA

- Um mundo global exige soluções globais. Um mundo mais justo e mais humano, solidário e sustentável, em sintonia com os valores do humanismo e os ideais do socialismo, para enfrentar os desafios e os problemas da globalização, tem de assentar em instituições de governabilidade e regulação mundiais democraticamente legitimadas, com a intervenção directa dos povos e das organizações sociais:
- Conselho Executivo, composto por 15/20 países, representando os diversos continentes, dimensão e culturas, periodicamente renovável, e eleito pelo conjunto dos países.
 - Órgão legislativo (parlamento) integrado, numa primeira fase, por representantes dos parlamentos nacionais.
 - Conselho Económico, Social e Ambiental, integrando representantes das organizações sindicais, profissionais, associativas e ONG.
 - Estabelecimento do referendo popular para questões de natureza estratégica universal (alterações climáticas, acordos de comércio mundial, abolição da pena de morte, etc.)

10

Portugal na Europa e no mundo

Portugal desempenhou um papel primordial nos séculos XV e XVI contribuindo, decisivamente, para a criação das condições de transição para a modernidade universal, o progresso

humano, técnico e científico. Portugal foi o pioneiro da globalização, foi uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações.

Quinhentos anos passados, Portugal enfrenta novos desafios face à globalização, à integração europeia e à transição para a sociedade do conhecimento. Antigo ou moderno, Portugal permanece o mesmo Cais de Culturas: no passado, intercambiando culturas entre os quatro continentes; no presente, recebendo os novos imigrantes africanos, brasileiros e do leste europeu.

Desde os Descobrimentos, passando pelo movimento migratório, Portugal convive naturalmente com uma grande diversidade de culturas, pelas inúmeras actividades que oferece, pela importância do turismo, pela atracção que exerce, pelas rotas que aqui convergem e pela imigração que acolhe. Desta diversidade, deste encontro cultural, representado simultaneamente pela reconciliação com o passado e pelo desenvolvimento prospectivo daquilo que será, certamente, a sociedade de amanhã, Portugal pode tirar benefícios muito especiais pois dispõe de: um singular património de ligações históricas a outros povos, raças e culturas; comunidades de língua portuguesa espalhadas pelos cinco continentes; e uma localização geo-estratégica privilegiada no cruzamento da África, América e Europa (da periferia Europeia à centralidade euro-atlântica).

Portugal tem efectivamente trunfos e aptidões necessários para enfrentar os novos desafios. de um tempo onde nos confrontamos com uma crise social profunda, onde se tem consciência de que é o modelo de desenvolvimento e o próprio modelo de sociedade que está em causa e que não dispomos de instrumentos de análise global, duma capacidade de leitura multidisciplinar, pois os instrumentos que temos para a análise da crise só nos permitem ter uma visão sectorial ou disciplinar da realidade. Esta a razão que das empresas às universidades, das estruturas públicas às privadas, se ouça falar da necessidade de formarmos cidadãos autónomos e livres, com opiniões próprios, com uma forte inteligência sensível, com uma grande flexibilidade e abertura de pensamento, única forma de respondermos, individual e criativamente, à imprevisibilidade do mundo e aos desafios dos futuros possíveis. Hoje o grande défice existente é o défice de inteligência das elites, a sua incapacidade para darem espaço aos projectos inovadores que vão emergindo nas diferentes comunidades, pois não há abertura e capacidade visionária para perceber e potenciar as ideias e os projectos estratégicos capazes de ajudarem a inventar os futuros possíveis.

Para que Portugal venha a ocupar uma posição de algum relevo na Europa e na economia global é necessário afirmar uma nova centralidade euro-atlântica e participar activamente na construção de uma Europa mais

policêntrica, bem como apostar, firmemente e com autonomia própria ou no quadro europeu, na instituição de uma nova governabilidade democrática de ordem política, económica e militar, ao nível planetário, é necessário apostar numa dimensão social estratégica que potencie a emergência de um novo modelo social, uma dimensão estratégica que coloque o homem no centro de todas as coisas, onde a sociedade é vista na sua globalidade e não como somatório de áreas do conhecimento ou corporações, onde se defenda e afirme a identidade, a memória e o património de um povo e de um país, ao mesmo tempo que se aprofunda a inovação e se inventam/ficcionam os futuros possíveis.

Esta dimensão só a vamos encontrar na área da cultura, uma cultura pensada num quadro de intervenção capaz de atravessar todas as áreas da governação e de dar um sentido de unidade e coerência a um projecto político, a uma ideia de desenvolvimento integrado e harmonioso. Uma ideia de cultura que seja, ao mesmo tempo, memória e tradição, o cimento que suporta toda a estrutura social e lhe dá identidade, e o GPS que nos ajuda a criar condições para a descoberta e a invenção das múltiplas saídas para a crise. Uma dimensão cultural onde a qualidade de vida das pessoas e das comunidades onde habitam seja um tema de referência, uma cultura que seja capaz de incentivar a constituição de equipas multidisciplinares de arquitectos, sociólogos, urbanistas, animadores sociais, etc., onde todos aqueles que experimentam e criam o novo têm um lugar privilegiado, sejam artistas, cientistas, filósofos, romancistas, onde as redes internacionais serão não redes sectoriais mas redes do conhecimento e de criação do novo, do futuro.

Um projecto cultural onde a língua, a nossa maior riqueza, tenha um lugar prioritário, uma língua que não só nos permite afirmar na Europa e trabalhar na comunidade dos países da lusofonia, mas também relacionarmos com todo o mundo através da diáspora. É através da língua, da sua defesa e da construção de projectos que a reforçem, que conseguiremos fazer prevalecer uma identidade e uma cultura com mais de 280 milhões de falantes em todo o mundo. É a língua que nos dá a força estratégica no espaço Europeu e que nos torna um parceiro incontornável na afirmação da Europa no contexto mundial. Sendo o português a terceira língua europeia mais falada no mundo, Portugal tem que ter um papel activo e de liderança na construção de uma Europa das Línguas e das Culturas, num projecto que deve potenciar quatro dimensões:

Uma primeira que coloca no centro a necessidade de encontro e troca de projectos entre os criadores e estruturas europeias de inovação, projectos que acolham no seu seio a diversidade cultural e linguística europeia, onde a nova Europa se possa experimentar nos

processos de criação.

Uma segunda, que crie condições para que esses criadores e essas estruturas contactem com projectos e práticas de referência, tanto ao nível do Brasil, como da África Lusófona, pois é necessário incentivar o contacto com os projectos e as práticas artísticas oriundas do Brasil e da África lusófona, tornando perceptível a sua importância estratégica para a construção de uma Europa que, sendo hoje um mosaico de todas estas realidades, tem uma efectiva dificuldade de as integrar devido ao pouco conhecimento que, na sua globalidade, tem desta realidade multicultural e mestiça.

Em terceiro lugar Portugal pode ser um país privilegiado no diálogo com os países emergentes, nomeadamente a China, a Índia e o Brasil por maioria de razão, tendo em conta todo o passado histórico e as redes de cumplicidades que se foram reforçando ao longo do tempo e que é urgente não deixar apagar.

Finalmente há que ter em conta a diáspora portuguesa que permite encontrar em todo o mundo gente que pensa também em português e que podem ser verdadeiros embaixadores de Portugal e no Mundo, não só na perspectiva de projectar o nosso país no contexto internacional, mas também de alimentar a nossa compreensão do mundo multicultural e mestiço em que vivemos

Todo este projecto de reforço da ligação e da afirmação europeia no mundo deve ser acompanhada por duas alianças estratégicas no interior do espaço europeu: com a Espanha, não só no contexto do espaço ibérico, mas acima de tudo no quadro da realidade Ibero-Americana pois não podemos nem devemos esquecer que os falantes de Português e de Castelhana representam um universo de 650 milhões em todo o mundo. A segunda aliança estratégica deve ser feita com a França no contexto do universo Africano, pois há muitas semelhanças e interesses comuns entre os projectos da lusofonia e da francofonia.

Em suma, para que Portugal possa outra vez assumir-se como uma plataforma estratégica ao nível internacional, como o espaço mais significativo de diálogo da Europa com o mundo, há que, para além da aposta na projecção exterior que acabámos de referir, nos assumirmos como um país que é um efectivo laboratório social de diálogo e contaminação de culturas, um espaço de encontros, de troca e de criação de cumplicidades onde em permanência se concebem e realizam projectos que misturam criadores, línguas e temáticas. Mostrar e afirmar como, ao longo da sua História, Portugal foi e pode ser, efectivamente, uma plataforma de encontro de culturas e de ideias, de encontro de civilizações é o nosso desafio.

Portugal pode assim reassumir um papel estratégico na Europa e no Mundo, já não como potência e império, mas como laboratório de invenção do futuro.



Moção política de orientação nacional

Democracia e socialismo

Primeiro Subscritor: António Brotas

1. O evoluir da Democracia

O evoluir da Democracia é em grande parte decidido em eleições entre partidos políticos. Nestas eleições a grande massa dos cidadãos dos diferentes países faz a sua escolha entre os partidos existentes.

Há, no entanto, outras eleições não menos importantes para o futuro da Democracia que são as eleições internas dos partidos. É nestas eleições e em votações internas que os militantes dos partidos escolhem os seus dirigentes e as linhas de orientação do seu partido.

Os militantes dos partidos assumem, assim, uma grande responsabilidade perante a massa dos cidadãos dos seus países, em particular, perante os eleitores no seu partido.

A Democracia não existe quando os partidos funcionam de um modo inteiramente degradado.

O perigo para a Democracia é o de, em vez de funcionarem cada vez melhor, os partidos funcionarem cada vez pior. Quem se pode opor a esta degradação são, em primeiro lugar, os militantes dos partidos.

A esperança da Democracia, aqui e em todos os países do mundo, é a de que os partidos políticos passem a funcionar melhor. Quem pode, em primeiro lugar, contribuir para esta esperança são os militantes dos partidos.

2. O caso português

No caso português, pensamos que o PS é, e vai continuar a ser, o partido fundamental da Democracia portuguesa.

Não pretendemos que tudo corra bem no seu interior. Pelo contrário, pensamos que há sectores do PS que funcionam bastante mal e alguns que estão, verdadeiramente, em estado de não funcionamento.

Há, no entanto, uma circunstância que nos é favorável: os Estatutos do PS são neste momento consensuais.

A tarefa que se nos impõe é, assim, a de, aceitando as regras em vigor, nos empenharmos para melhorar o funcionamento do PS e, por extensão, o da Democracia no nosso País.

Os Congressos Nacionais são os grandes momentos de encontro dos partidos consigo próprios, dos seus dirigentes, no caso actual do PS muitos deles empenhados em tarefas da governação, com as suas bases que fazem parte e vivem integradas na Sociedade Civil.

Há, assim, nos Congressos o encontro de dois olhares e, frequentemente, de dois sentires.

Nos Congressos os partidos analisam a sua actividade recente, escolhem os seus dirigentes e definem as suas orientações para os anos mais imediatos. É o que faremos nas páginas que se seguem.

Mas os partidos não vivem isolados, nem Portugal está isolado no mundo e, por isso, nesta moção, antes de analisarmos o problemas internos do PS, vamos dirigir algumas palavras e as nossas saudações aos convidados de outros partidos portugueses e de outros países presentes no Congresso.

3. Portugal no Mundo

Com respeito aos nossos visitantes estrangeiros temos um pedido a fazer-vos: não laborem no erro de que pensar que somos uma jovem democracia. Portugal é uma antiquíssima democracia. Nenhum país da Europa tem na sua literatura do século XV um historiador como Fernão Lopes, em cujas crónicas o herói é a "arraia miuda", com um papel decisivo na crise de 1383, que personificava bem os trabalhadores de hoje.

O que sucede, é que Portugal, que esteve na vanguarda nalguns momentos, sofreu, também, longuíssimos períodos de opressão. O maior e mais duradouro foi o da Inquisição portuguesa, que

durou 300 anos e, o mais recente, o salazarismo que durou 40.

Destes períodos saímos debilitados e atrasados, mas sempre nos libertamos. O liberalismo português do século XIX, que venceu depois de uma guerra longa e dura, foi importante. Em poucos países da Europa os liberais viveram uma gesta como a do desembarque no Mindelo e do Cêrco do Porto. Depois, fizemos a República e, mais recentemente, num mundo ainda com muitas ditaduras, os nossos militares fizeram o 25 de Abril. Os nossos valores vêm, portanto, de longe.

E temos algo mais a dizer aos nossos convidados estrangeiros. Portugal nasceu e sempre foi um país da Europa e, hoje, estamos perfeitamente integrados na Comunidade Europeia. Mas, na verdade, foi só com o sacrifício dos nossos soldados na Primeira Grande Guerra e com a emigração que se desenvolveu a partir dos anos 60 que o povo português chegou à Europa.

Mas, antes, chegamos ao Japão, à China, à Índia, à Índia, ao Golfo Pérsico, à Etiópia. Durante um século os portugueses foram os únicos europeus presentes no Oriente. Vivemos a globalização antes da integração europeia.

Estivemos presentes no Norte de África, convivemos durante séculos com a África e, em fusão com outros povos, construímos o Brasil, o que nos faz hoje sentir como nossos os progressos da democracia brasileira.

A Europa é só o último continente em que os portugueses desembarcaram. (Seja-nos permitido citar estas palavras de Agostinho da Silva).

Da nossa passagem pelo mundo alguma coisa ficou. A língua portuguesa é a mais falada no hemisfério Sul, e ficou-nos, também, a nossa maneira de olhar hoje os outros povos e os outros países, que nos permite saudar, por igual, neste Congresso, os militares portugueses que fizeram o 25 de Abril e os representantes dos militantes dos movimentos de libertação africanos, que contra eles lutaram durante 13 anos.

Uma palavra, também, para os portugueses que hoje vivem emigrados. Para além do contributo que dão à Economia do país, eles têm um papel que tem sido esquecido: o de serem os primeiros a auxiliarem os portugueses idos de Portugal, quando os vêm chegar aos países em que vivem.

4. As relações com os outros partidos

Com respeito aos outros partidos portugueses há que dizer que temos muito em comum. Possivelmente, excluídos os defeitos, o que temos em comum é o melhor que temos. Mas temos também diferenças.

Todos concordamos em que muitas coisas funcionam mal no nosso país nos campos da Educação, da Saúde, da Administração Pública, na Segurança Social, no sistema bancário, na defesa do património, na Justiça, na Segurança, mas divergimos nas soluções propostas.

Os partidos à nossa Direita têm, ou tinham, uma solução quase automática. A receita era diminuir o papel do Estado, considerado sempre nefasto, e privatizar. Alimentou-se o mito de que a Humanidade devia confiar o seu futuro às simples leis do mercado, que lhe assegurariam equilíbrio, bem estar colectivo e segurança.

E o que vimos, foi a crise donde ainda não sabemos como sair, com um rosário de revelações sobre fraudes, actos ilegais, incompetências e salários insultuosos. Alimentou-se a ideia de que a gestão devia substituir a política e o que vimos, foi a qualidade da gestão.

Até há poucos meses, muitos políticos portugueses, incluindo alguns do PS, achavam perfeitamente normal privatizar a Caixa Geral dos Depósitos. Seria bem maior a nossa insegurança se o tivessem conseguido.

Os partidos à nossa Esquerda simplificam os

problemas. Não esperando exercer responsabilidades governativas nos tempos mais próximos, dão primazia à Política sobre a Economia e, preocupando-se pouco em apresentar soluções, exigem ao governo do PS a solução imediata de problemas sociais que ele dificilmente pode resolver.

E, quanto ao Governo PS, na conjuntura actual, talvez não esteja a adoptar as soluções mais adequadas. É muito difícil sabe-lo.

De facto, o Governo tem em seu desfavor não poder contar com um partido onde os problemas sejam debatidos, que lhe procure soluções, que lhe forneça quadros, que lhe chame a atenção para as lacunas, que o saiba apoiar quando faz coisas certas e alertar quando faz coisas erradas.

5. Os problemas internos do PS

O Gabinete de Estudos do PS, que em tempos foi uma escola de quadros e em que se podiam formar equipas para abordar os problemas, há anos que não funciona.

Outras estruturas, como os Estados Gerais e as Novas Fronteiras, não o substituíram e têm um interesse pouco mais do que mediático.

Muitos militantes que gostariam de contribuir para o PS com a sua experiência e os seus conhecimentos técnicos, têm o sentimento de que os seus possíveis contributos são totalmente desperdiçados. Muitos já desistiram.

As secções sócio-profissionais, nomeadamente as da FAUL, com os Secretariados eleitos quase sempre por listas únicas e com um número insignificante de votos, não têm qualquer influência, nem no interior nem no exterior do PS.

Assim, os governantes: ministros, secretários de Estado e autarcas, agem como se não tivessem o apoio de um partido.

Mas a culpa não é só deles. São também responsáveis os próprios militantes que deixaram estiar as secções socio-profissionais do PS.

Todas estas secções, no entanto, elegem delegados ao Congresso.

Fazemos um apelo aos seus militantes para apresentarem listas de candidatos a delegados (que devem ser apresentadas nas secções até ao dia 9 de Fevereiro) e tentem, também, apresentar moções sectoriais em que abordem os problemas dos seus sectores.

No caso de não poderem ser apreciadas no Congresso por falta de tempo, estas moções transitarão, normalmente, para a Comissão Nacional que vier a ser eleita. É importante que nela esteja representada a diversidade de opiniões do PS.

Um caso flagrante é o da Educação, em que milhares de professores do PS contestaram nas ruas a política do Governo PS.

No entanto, em todas as Federações do PS há Secções de Educação, em que os professores quase não participam.

O apelo que fazemos é para os professores do PS abordarem os problemas da Educação no interior do PS. Ou, pelo menos, para que o tentem.

A Educação continuará sempre a piorar em Portugal enquanto não for seriamente discutida no interior do PS. (Estas palavras foram proferidas no recente Congresso da FAUL e são a opinião de muitos dos que subscrevem esta moção).

Um entendimento do Ministério com os sindicatos e com os próprios professores do PS que desfilam nas ruas, só é possível com a abertura de espaços de debate actualmente não existentes, em que seja possível encontrar soluções novas e imaginativas.

6. A importância do Congresso

Com a não actividade do Gabinete de Estudos e as Secções socio-profissionais numa letargia, os militantes do PS interessados em sectores como os da Saúde, da Administração Pública, da Justiça, da

Segurança Social, das leis do trabalho e outros, são obrigados a actuar quase como se fossem cidadãos sem partido.

Esperamos que alguns sejam eleitos delegados ao Congresso e nele apresentem moções sectoriais relacionadas com estes e outros sectores.

Não pretendemos, nesta Moção de Orientação Nacional, apresentar os detalhes dessas moções.

Limitamo-nos, assim, a numerar algumas das nossas preocupações:

- Consideramos fundamental defender o Serviço Nacional de Saúde. A sua defesa obriga, no entanto, a uma grande exigência na procura do seu bom funcionamento.
- Consideramos absolutamente necessária uma lei dos solos, que trave a especulação e a corrupção que destroem o urbanismo das cidades, desaproveitam solos agrícolas e ameaçam própria Democracia.
- Consideramos necessárias leis fiscais mais justas que travem o afastamento crescente entre os muito ricos e os mais pobres.
- Consideramos necessário dar uma muito maior atenção aos idosos da 4ª idade e aos que estão muito diminuídos.
- Consideramos necessária uma mais atenta defesa do património, não só do antigo, mas também do futuro, como é o caso dos nossos portos e aeroportos com grandes potencialidades futuras que não devem ser agora alienadas.
- Consideramos necessário um maior cuidado na elaboração de uma lei das rendas urbanas.
- Consideramos necessário que, nos projectos de grandes Obras Públicas, a comunidade seja efectivamente informada, sejam evitadas situações de facto consumado, e os técnicos portugueses sejam melhor ouvidos.
- Consideramos necessária que seja dada uma maior atenção à legislação criminal para evitar que nos tribunais as prescrições sejam usadas como um meio sistemático de evitar condenações.

Não temos fórmulas exactas para abordar estes assuntos, mas entendemos que todos eles devem ser discutidos no interior do PS.

7. No decorrer do Congresso

Ficaremos muito satisfeitos e honrados se, em secções diferentes das dos subscritores desta moção, vierem a ser eleitos delegados em listas que a ela se refiram.

Procuraremos, naturalmente, encontra-los no próprio Congresso, ou antes, para os conhecer e trocar opiniões.

Mas queremos deixar bem claro que não haverá qualquer espécie de dependência, ou obrigatoriedade, entre delegados que tenham subscrito esta moção até 16 de Janeiro e os que não o tenham feito.

No caso desta moção reunir os votos de delegados suficientes para ser apresentada e votada no Congresso, proporemos que não seja votada em alternativa a outras, mas sim com votos sim e não.

Com efeito, esta moção não foi redigida com qualquer ideia de confronto, e os delegados podem concordar com mais de uma moção, ou pelo menos, com partes de uma e partes de outra. Entendemos, assim, que devem poder ser apreciadas em separado.

Se formos em número suficiente e chegarmos a um acordo procuraremos apresentar uma lista candidata à Comissão Nacional, sem deixar de colaborar com outros delegados na apresentação e votação das moções sectoriais e na eleição de outros órgãos.

Para concluir, reafirmamos que o nosso objectivo é o de reanimar o PS e confirma-lo como partido axial da Democracia portuguesa.